GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

**Diálogos público-privados:
da opacidade à visibilidade na administração pública**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Dr. Gustavo Henrique Justino de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2016

GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

**Diálogos público-privados:
da opacidade à visibilidade na administração pública**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Gustavo Henrique Justino de Oliveira.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2016

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

s332d	<p>Schiefler, Gustavo Henrique Carvalho.</p> <p>Diálogos público-privados: da opacidade à visibilidade na administração pública / Gustavo Henrique Carvalho Schiefler ; orientador Gustavo Henrique Justino de Oliveira. – São Paulo, 2016.</p> <p>361 f.</p> <p>Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito. Área de concentração: Direito do Estado.</p> <p>1. Direito Administrativo. 2. Processo Administrativo. 3. Administração Pública. I. Justino de Oliveira, Gustavo Henrique, orient. II. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título</p> <p>CDD 341.362</p>
-------	---

TERMO DE APROVAÇÃO

Nome: SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho.

Título: Diálogos público-privados: da opacidade à visibilidade na administração pública

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Estado, sob a orientação do Professor Doutor Gustavo Henrique Justino de Oliveira.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Gustavo Henrique Justino de Oliveira, por todas as inúmeras oportunidades acadêmicas e profissionais que me ofereceu, especialmente pelo acolhimento e pela dedicada orientação no curso de doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Sinto-me verdadeiramente honrado. Sou agradecido pela inspiração, pela amizade, pelos incentivos e pelas brilhantes lições, que foram decisivas e fundamentais durante todo o percurso que deu origem a essa tese de doutoramento. Estendo o sincero reconhecimento aos demais integrantes do escritório Justino de Oliveira Advogados, especialmente à Sra. Marisa Orsi D'Estefani, pessoa de grandioso coração, que, desde o primeiro contato, me recebeu e me auxiliou com muito carinho, disposição e compreensão.

Aos meus pais Adriana e Rui, que constituem a minha base e a minha essência. Aos meus irmãos Ricardo, Eduardo e Catarinna, que tanto me orgulham, me ensinam e me alegram. Agradeço pela generosidade desmedida de todos vocês, que nunca pouparam esforços para me apoiar. Agradeço a compreensão pela minha relativa e recente ausência, que certamente foi a mais dolorida das renúncias necessárias à confecção deste trabalho.

À Fernanda, minha companheira, que alimenta o meu espírito com seu amor, que me energiza e me ensina a viver. Sou grato por cada dia ao seu lado, pois encontro em você a minha felicidade. Em especial, pelos dias, noites e madrugadas, inclusive em feriados e finais de semana, que, pacientemente, acompanhou e incentivou a nascença desse estudo. Também à Maritza, ao Alcides e ao André, que me acolheram como membro da família.

Aos meus avós Maria e Almir, Míriam e Marcos, minhas referências maiores. Aos meus afilhados Helena e Rafael, que amo profundamente. Ao Wagner e à Raquel. A todos os meus tios e primos. Tenho a sorte grande de pertencer a uma família tão maravilhosa.

Ao Professor Joel de Menezes Niebuhr, o grande responsável pela minha dedicação originária ao direito administrativo e pela minha formação como advogado, com quem tive o privilégio de aprender lições essenciais do direito e da vida.

Aos Professores Rodrigo Pagani de Souza e Marcos Augusto Perez, pelas primorosas aulas ministradas sobre controle da administração pública. Ao Professor Floriano de Azevedo Marques Neto, pelas inesquecíveis lições sobre serviços públicos e seus desafios contemporâneos. Sinto-me privilegiado pela oportunidade de tê-los como meus professores.

À Zênite Informação e Consultoria S/A, na pessoa do Doutor Renato Geraldo Mendes e da Anadricea Vicente de Almeida, que durante esses anos me ofereceu uma intensa

experiência profissional na consultoria e no magistério em matéria de licitações públicas e contratos administrativos, contribuindo diretamente para a minha formação.

Ao *Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht*, de Hamburgo, na Alemanha, onde tive o inestimável privilégio de permanecer durante cinco meses, como pesquisador visitante, sendo dois meses integralmente dedicados a este estudo. Agradeço também o apoio do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), que viabilizou a minha estada.

Ao André Tavares Ferraz, André Tito da Motta Oliveira, Fábio Gomes dos Santos, Marcelo Marques, André Junqueira, Alexandra Fuchs Araújo, Sílvia Helena Johonsom di Salvo, Laura Mendes Amando de Barros, Amanda Barelli, Ana Hohmann, Adriana Cardinali, Fernanda Vick Sena e Ana Carolina Leister, amigos que comigo compartilharam prazerosos momentos nas Arcadas, sob a virtuosa orientação do Professor Doutor Gustavo Henrique Justino de Oliveira.

Ao Emanuel Pessoa, ao José Aparecido, ao Fernando Couto, ao Fernando Lobo, ao Murillo Giordan Santos, ao Daniel Bogéa e à Patrícia Toledo, que me presentearam com amizades verdadeiras forjadas no Largo São Francisco. Ao Carlos Crippa Jr. e ao Guilherme Coutinho, valorosos amigos com quem tive a honra e a sorte de dividir o teto por algum período enquanto escrevia a tese. Ao Walter Marquazan, pelo incessante incentivo, pela amizade e pela parceria intensificada em São Paulo. Ao André Castro Carvalho, Guilherme Schwartmann, Gustavo Grebler, Helena Leticia Ayala, Laura Rueda, Leonardo Zanini, Luccas Augusto Adib, Marcela Jabôr, Marcelo Tung, Paulo Souza e Wilson Accioli, amigos que também participaram ativamente de momentos marcantes durante essa jornada.

Aos meus amigos cuja simples referência é incapaz de retratar a dimensão da estima, da gratidão, do respeito, da admiração e do carinho que sinto. Ao Arthur Dalmarco, Bernardo Lins, Bernardo Pires, Bruno Carreirão, Caio Matsumoto, Camila Corrêa, Eduardo Rêgo, Felipe Seara Müller, Fernanda Schramm, Giovani Brocardo, Giovanna Gamba, Guilherme Scatolin, Guilherme Seara Müller, Gustavo Hoffmann, Hernane Elesbão, Kauê Werner, Leonardo Brum, Leonardo Pfitzer, Marcel Belli, Marina Gondin Ramos, José Campolina, Otávio Minatto, Pedro Alvim, Ricardo de Holanda Janesch, Pyther Fontão, Rafael Maioral, Roberta Zumblick e Samir Fiates. Todas pessoas próximas do meu coração, portadoras das mais nobres qualidades.

E aos futuros leitores, com os sinceros votos de quem redigiu cada palavra com a finalidade exclusiva de contribuir para uma aprofundada reflexão sobre os diálogos público-privados. Que seja útil àqueles que se dispuserem a percorrer as páginas deste estudo.

*Informação sem forma é contradição
é como legitimidade sem consenso
ou consenso sem liberdade
é a liberdade sem propriedade
ou propriedade sem escassez
é como lei sem prévia anuência
ou anuência sem comunicação
é comunicação sem diálogo
ou diálogo sem expressão
é como publicidade sem divulgação
é transparência na opacidade
é visibilidade em escuridão
(O autor)*

RESUMO

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. **Diálogos público-privados: da opacidade à visibilidade na administração pública**. 2016. 377 fls. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2016.

Esta tese de doutorado defende que os diálogos estabelecidos entre agentes públicos e agentes econômicos, porque inevitáveis, inerentes e decisivos para a função administrativa, impactam significativamente o desafio de legitimação estatal perante a população. O fenômeno é robustecido no estado brasileiro, considerado o seu caráter desenvolvimentista, a presumida situação de corrupção sistêmica e o ambiente de opacidade em que os diálogos público-privados se encontram. Por corolário, esses diálogos, orais ou escritos, para que não comprometam a legitimidade estatal, devem ser conduzidas em rigorosa responsividade aos interesses públicos, o que remete, especialmente, à efetiva imposição do direito administrativo e, mais especificamente, ao fidedigno registro e à publicidade do processo administrativo. Contudo, atualmente existe uma carência de procedimentos administrativos regulamentados – ou adequadamente regulamentados – para a condução dessas comunicações, o que eleva o risco de que permaneçam na informalidade, potencializando conluios e a captura de agentes públicos. Defende-se que o risco de opacidade dos diálogos público-privados é agravado pela constatação de que a informalidade é um fenômeno presente, insuperável e, em razão dos avanços tecnológicos, frequentemente indetectável. Os problemas do principal-agente e da captura são apresentados como explicações teóricas que embasam o risco de que interesses econômicos privados preponderem sobre os interesses públicos nesses diálogos. Elencam-se as potenciais soluções repressivas e preventivas para o controle parcial dos riscos dos diálogos público-privados, destacando-se, nesse contexto, a institucionalização de procedimentos administrativos específicos. A solução é defendida como aquela que, sem a pretensão de extinguir o fenômeno, possui a maior probabilidade de conferir-lhe visibilidade, a fim de que parâmetros aceitáveis de transparência, abertura à competição e ética profissional sejam implementados. São analisadas e classificadas as diferentes espécies de diálogos público-privados existentes no contexto brasileiro, de acordo com a natureza e o nível de aderência aos parâmetros previamente identificados como adequados, em conjunto com uma série de sugestões normativas e operacionais. Após detalhada análise sobre a audiência público-privada, em que agentes públicos e agentes econômicos dialogam em reunião exclusiva, defende-se um conjunto de sugestões para a alteração de sua principal norma regulamentadora, o Decreto Federal nº 4.334/2002. No âmbito da função regulatória, diferentes espécies de diálogo público-privado são investigadas, como a submissão de minutas de normas regulatórias por agentes econômicos, a análise de impacto regulatório (AIR), as consultas públicas, as audiências públicas, a tomada de subsídio e a reunião participativa. No âmbito dos contratos administrativos, examina-se criticamente, dentre outros, o procedimento de manifestação de interesse (PMI), o procedimento de manifestação de interesse social (PMI Social), os diálogos prévios a editais licitatórios e contratações diretas, a etapa de pesquisa de preços com fornecedores, o *request for information* (RFI), o *request for proposal* (RFP) e o *road show*. Cuida-se também dos diálogos público-privados conduzidos no âmbito dos processos administrativos sancionatórios, em atenção às negociações que antecedem a celebração do acordo de leniência, do termo de ajustamento de conduta (TAC) e do termo de compromisso de cessação de prática (TCC).

Palavras-chave: Direito Administrativo. Processo Administrativo. Administração Pública. Diálogos Público-Privados.

ABSTRACT

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. **Public-private dialogues**: from opacity to visibility in public administration. 2016. 377 p. Thesis (Doctorate) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

This doctoral thesis argues that the dialogues established between public and economic agents, which are unavoidable, inherent and decisive for the administrative function, significantly influence the challenge of state legitimation before the population. The phenomenon is strengthened in the Brazilian state, considering its developmental character, the presumed situation of systemic corruption and the environment of opacity in which public-private dialogues meet. As a corollary, these dialogues, oral or written, so as not to compromise state legitimacy, must be conducted in strict responsiveness to public interests, which refers, in particular, to the effective imposition of administrative law and, more specifically, to reliable registration and publicity in administrative process. However, there is currently a shortage of regulated - or adequately regulated - administrative procedures for conducting such communications, which increases the risk of those remaining in informality, amplifying the possibility of collusions and public agents' capture. It is argued that the risk of opacity on public-private dialogues is aggravated by the finding that the informality is a present, insurmountable and, due to technological advances, often undetectable phenomenon. The problem of the principal-agent and the capture theory are presented as theoretical explanations that support the risk that private economic interests might prevail over public interests in these dialogues. The potential repressive and preventive solutions for the partial control of the risks of public-private dialogues are listed, highlighting, in this context, the institutionalization of specific administrative procedures. The solution is defended as one that, without intending to eliminate the phenomenon, is most likely to give it visibility, so that acceptable parameters of transparency, openness to competition and professional ethics are implemented. The different types of public-private dialogues existing in the Brazilian context are analyzed and classified according to the nature and level of compliance to parameters previously identified as appropriate, together with a series of normative and operational suggestions. After detailed analysis of the public-private audience, in which public agents and economic agents dialog in an exclusive meeting, a set of suggestions for the amendment of its main regulatory standard, the Federal Decree n. 4.334/2002, is presented. Within the scope of the regulatory function, different types of public-private dialogue are investigated, such as submission of regulatory drafts by economic agents, Regulatory Impact Analysis (RIA), public consultations, public hearings, and the participatory meeting. In the scope of administrative contracts, the following are critically examined, among others: the express of interest procedure (EOI), the express of social interest procedure (Social EOI), the dialogues prior to bidding documents and direct contracts, the stage of price research with suppliers, the request for information (RFI), the request for proposal (RFP) and the road show. The study also covers public-private dialogues conducted in the context of administrative procedures for sanctions, specifically negotiations prior to the conclusion of the leniency agreement, the term of conduct adjustment and the term of commitment to cease practice.

Keywords: Administrative law. Administrative process. Public administration. Public-Private Dialogues.

RESUMEN

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. **Diálogos público-privados: de la opacidad a la visibilidad en la administración pública.** 2016. 377 pág. Tesis: (Doctorado en Derecho Estatal) – Facultad de Derecho, Universidad de São Paulo, 2016.

Esta tesis de doctorado sostiene que los diálogos establecidos entre los agentes públicos y los agentes económicos, porque inevitables, inherentes y decisivos para la función administrativa, impactan significativamente el desafío de la legitimización estatal frente a la población. El fenómeno es fortalecido en el Estado brasileño, considerado como su carácter de desarrollo, la presunta corrupción sistémica, y el ambiente de opacidad en el que los Diálogos Público-Privados se encuentran. Por consecuencia, esos diálogos, orales o escritos, para que no comprometan la legitimidad del Estado, deben ser conducidos en rigurosa correlación a los intereses públicos, lo cual se refiere, especialmente, a la efectiva imposición del derecho administrativo y, más específicamente, al fidedigno registro y a la publicidad del proceso administrativo. No obstante, en la actualidad existe una insuficiencia de procedimientos administrativos reglamentados – o adecuadamente reglamentados - para la conducción de esas comunicaciones, lo que eleva el riesgo de que permanezcan en la informalidad, impulsando colusión y la captura de agentes públicos. Se argumenta que el riesgo de la opacidad de los Diálogos Público-Privados es agravado por la verificación que la informalidad es un fenómeno presente, insuperable y, en razón a los avances tecnológicos, frecuentemente indetectable. Los problemas del principal agente y de la captura son presentados como explicaciones teóricas que justifican el riesgo de que los intereses económicos privados predominen sobre los intereses públicos en esos diálogos. Se enumeran las potenciales soluciones represivas y preventivas para el control parcial de los riesgos de los Diálogos Público-Privados, destacándose, en este contexto, la institucionalización de procedimientos administrativos específicos. La solución es defendida como aquella que, sin la pretensión de extinguir el fenómeno, posee la mayor probabilidad que le sea conferido visibilidad, a fin de que parámetros aceptables de transparencia, apertura a la competencia y ética profesional sean implementados. Son analizadas y clasificadas las diferentes especies de Diálogos Público-Privados existentes en el contexto brasileño, de acuerdo con la naturaleza y el nivel de adherencia a los parámetros previamente identificados como adecuados, en conjunto con una serie de sugerencias normativas y operacionales. Después de ser detallado el análisis sobre la Audiencia Público-Privada, en que agentes públicos y agentes económicos dialogan en reunión exclusiva, se defiende un conjunto de sugerencias para la alteración de su principal norma reglamentaria, el Decreto Federal nº 4.334/2002. En el ámbito de la función reglamentaria, diferentes especies son investigados, como la sumisión de minutas de normas reglamentarias por agentes económicos, el Análisis del Impacto Normativo (AIN), las Consultas Públicas, las Audiencias Públicas, la Toma de Subsidio y la Reunión Participativa. En el ámbito de los contratos administrativos, se examina críticamente, entre otros, el Procedimiento de la Manifestación del Interés (PMI), el Procedimiento de la Manifestación del Interés Social (PMI Social), los diálogos previos a las convocatorias de las licitaciones y a las contrataciones directas, la etapa de consulta de los precios con los proveedores, el *Request for Information* (RFI), el *Request for Proposal* (RFP) y el *Road Show*. Se cuida también de los diálogos público-privados conducidos en el ámbito de los procesos administrativos sancionatorios, en atención a las negociaciones que anteceden a la celebración del acuerdo de indulgencia, del Término de Ajuste de Conducta (TAC) y del Término de Compromiso de Cesión de Práctica (TCC).

Palabras claves: Derecho Administrativo. Proceso Administrativo. Administración Pública. Diálogos Público-Privados.

ZUSAMMENFASSUNG

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. **Öffentlich-private Dialoge:** von der Undurchsichtigkeit bis zur Sichtbarkeit der öffentlichen Verwaltung. 2016. 377 Seiten. Doktorarbeit (Doktorat in Staatsrecht) – Hochschule für Jura, Universität von São Paulo, 2016.

Diese Doktorarbeit vertritt den Standpunkt, dass die Dialoge zwischen den öffentlichen Dienstleistern und den wirtschaftlichen Akteuren, weil sie unvermeidbar, inhärent und ausschlaggebend für die Verwaltungsfunktion sind, sich auf bedeutende Weise auf die Herausforderung der staatlichen Legitimation gegenüber der Bevölkerung auswirken. Dieses Phänomen zeigt sich verstärkt im brasilianischen Staat, wenn man seine entwicklungsfördernde Eigenschaft, seine mutmassliche systemische Korruption und das undurchsichtige Umfeld, in dem sich die öffentlich-privaten Dialoge befinden, in Betracht zieht. Als logische Folge müssen diese verbalen oder schriftlichen Dialoge den öffentlichen Interessen strikt entgegenkommen, damit sie nicht die staatliche Legitimität beeinträchtigen, und dafür sind besonders die effektive Durchsetzung des Verwaltungsrechtes und speziell das zuverlässige Register und die Möglichkeit der Einsichtnahme in den Verwaltungsprozess notwendig. Heutzutage fehlen aber geregelte – oder angemessen geregelte – Verwaltungsverfahren, um diese Kommunikationen durchzuführen, was das Risiko erhöht, dass sie in der Informalität bleiben und geheime Absprachen und die Vereinnahmung von öffentlichen Dienstleistern potenzieren. Das Risiko der Undurchsichtigkeit der öffentlich-privaten Dialoge ist dadurch grösser, da die Informalität ein aktuelles Phänomen, das unüberwindbar und aufgrund des technologischen Fortschritts oft nicht feststellbar ist, darstellt. Das Problem des Hauptakteurs und der Vereinnahmung werden als theoretische Erklärungen vorgestellt, die das Risiko begründen, dass in diesen Dialogen private wirtschaftliche Interessen Vorrang haben vor den öffentlichen Interessen. Angeführt werden die repressiven und vorsorglichen potenziellen Lösungen für die teilweise Risikokontrolle der öffentlich-privaten Dialoge, wobei in diesem Zusammenhang die Institutionalisierung von spezifischen Verwaltungs-verfahren vorgehoben wird. Die Lösung, die vertreten wird, ist diejenige, die ohne den Anspruch auf die Beseitigung des Phänomens die grösste Wahrscheinlichkeit besitzt, es sichtbar zu machen, damit akzeptable Parameter von Transparenz, Öffnung für den Wettbewerb und professionelle Ethik eingeführt werden. Es werden verschiedene Arten von öffentlich-privaten Dialogen analysiert und klassifiziert, die im brasilianischen Kontext existieren, in Einklang mit der Art und dem Verbindungsgrad an die vorherig als angemessen identifizierten Parameter und zusammen mit einer Reihe von normativen und operativen Vorschlägen. Nach einer detaillierten Analyse der öffentlich-privaten Audienz, in der die öffentlichen Dienstleister und wirtschaftlichen Akteure in einer exklusiven Besprechung einen Dialog halten, wird eine Reihe von Vorschlägen vertreten zur Änderung der Hauptregulierungsnorm, das Bundesdekret Nr. 4.334/2002. Im Rahmen der Regulativfunktion werden verschiedene Arten von öffentlich-privaten Dialogen untersucht, wie die Unterbreitung von Entwürfen von Regulierungsnormen durch wirtschaftliche Akteure, die Analyse der Regulierungsauswirkungen, die öffentlichen Anfragen, die öffentlichen Audienzen, die Informationseinsammlung für die Erstellung einer Regulierungsnorm und die partizipative Besprechung. Im Rahmen der Verwaltungsverträge werden u.a. das Verfahren der Interessenbekundung, das Verfahren der sozialen Interessenbekundung, die Dialoge vor der Bekanntmachung der Ausschreibung und den direkten Einstellungen, die Phase der Preisforschung bei den Lieferanten, der *request for information* (RFI), der *request for proposal* (RFP) und die *road show* kritisch untersucht. Es werden auch die öffentlich-privaten Dialoge im Rahmen der Verwaltungsprozesse, die

Verstöße ermitteln, angesprochen, im Hinblick auf die Verhandlungen vor dem Abschluss des Abkommens für eine Strafmilderung, vor der Erklärung der Verhaltensanpassung und vor der Verpflichtungserklärung der Einstellung der Praktiken.

Schlagworte: Verwaltungsrecht. Verwaltungsprozess. Öffentliche Verwaltung. Öffentlich-private Dialoge.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 OS DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS E O EFEITO SOBRE A PERCEPÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ESTADO PELA POPULAÇÃO	23
1.1 INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS.....	23
1.1.1 O que são os diálogos público-privados?	23
1.1.2 A inevitabilidade dos diálogos público-privados.....	29
1.1.3 Os diálogos público-privados e o impacto sobre o processo de legitimação estatal	35
1.1.4 O diálogo público-privado como uma relação jurídico-administrativa	43
1.1.5 A dualidade dos diálogos público-privados: entre o risco de corrupção e a busca por consensualidade	44
1.2 GIGANTE PELA PRÓPRIA NATUREZA: O DESAFIO DE LEGITIMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	48
1.2.1 O desafio de legitimação é maior quando o estado pretende desenvolver a economia e prover o bem-estar social.....	48
1.2.2 O patrimonialismo no Brasil: uma possível explicação sociológica para a sistemática subversão de agentes públicos por interesses privados.....	53
1.2.3 A contemporânea crise de responsividade do estado brasileiro: descrença e desconfiças sobre a administração pública	61
1.2.4 A aparente situação de corrupção sistêmica no Brasil.....	67
1.3 SÍNTESE PARCIAL DO CAPÍTULO.....	71
2 O DILEMA DA OPACIDADE: O RISCO DA INFORMALIDADE NOS DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS	73
2.1 A OPACIDADE DOS DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS COMO UM FENÔMENO INSUPERÁVEL E CONTRÁRIO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	73
2.1.1 A opacidade dos diálogos público-privados na administração pública brasileira	74
2.1.2 O dever de formalização dos diálogos público-privados em processo administrativo	81
2.1.3 Um esclarecimento: administração pública informal não é sinônimo de diálogo público-privado informal	87
2.1.4 Uma parcela de informalidade comunicacional sempre influencia o processo administrativo	91
2.2 A OPACIDADE DOS DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS COMO UM FENÔMENO QUE VIABILIZA A CORRUPÇÃO	93
2.2.1 O desvirtuamento intencional das finalidades administrativas reclama a utilização de canais sigilosos de comunicação	93
2.2.2 O desenvolvimento tecnológico criptográfico e a inviabilidade técnica de descoberta de comunicações eletrônicas.....	95
2.2.3 Uma importante agravante: o desenvolvimento tecnológico criptográfico e a inviabilidade técnica de detecção de transações financeiras ilícitas.....	100
2.2.4 A ausência de <i>quid pro quo</i> também dificulta a comprovação da corrupção nos diálogos público-privados ilegítimos.....	105
2.3 A SUBJETIVIDADE E A COMPLEXIDADE INERENTES À ATIVIDADE ADMINISTRATIVA DESAFIAM O CONTROLE DOS DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS E EXPLICAM O RISCO DE CAPTURA.....	107

2.3.1 A descoberta dos interesses públicos como uma atividade subjetiva orientada pelo direito administrativo	108
2.3.2 O risco de preponderância dos interesses individuais dos agentes públicos durante os diálogos público-privados	111
2.3.3 O problema do principal-agente é agravado na administração pública	115
2.3.4 O risco de captura: agentes públicos a serviço de agentes econômicos	118
2.3.5 A imposição da opacidade a partir do abuso do direito à participação: o risco da captura informacional	127
2.4 SÍNTESE PARCIAL DO CAPÍTULO	130
 3 EM BUSCA DE VISIBILIDADE: O IDEAL DE TRANSPARÊNCIA, ABERTURA À COMPETIÇÃO E ÉTICA NOS DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS	133
3.1 POTENCIAIS SOLUÇÕES PARA O CONTROLE DOS RISCOS DOS DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS	133
3.1.1 Análise sobre as potenciais medidas repressivas para o controle dos riscos dos diálogos público-privados	134
3.1.2 Análise sobre as potenciais medidas preventivas para o controle dos riscos dos diálogos público-privados	139
3.1.3 O fomento à ética profissional como medida de prevenção ao desvirtuamento dos diálogos público-privados	145
3.1.4 A vinculação de códigos de conduta ética aos diálogos público-privados	149
3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DIÁLOGO PÚBLICO-PRIVADO	155
3.2.1 Regras claras, ambiente próprio e possibilidade de controle sobre os diálogos público-privados	156
3.2.2 O caráter procedimental dos diálogos público-privados como medida preventiva para o controle de riscos, e não como instrumento de controle prévio	161
3.2.3 A transparência ativa sobre os diálogos público-privados	163
3.2.4 O processo administrativo eletrônico como vetor de transparência administrativa	170
3.2.5 A regulamentação parcial do <i>lobby</i> : a advocacia de interesses por meio de diálogos público-privados institucionalizados	172
3.2.6 A ampla abertura à participação competitiva-colaborativa dos particulares interessados no diálogo público-privado	175
3.2.7 A institucionalização dos diálogos público-privados não extingue o confronto entre a opacidade e o ideal de visibilidade na administração pública	183
3.2.8 Uma matriz analítica para as espécies de diálogo público-privado	185
3.3 SÍNTESE PARCIAL DO CAPÍTULO	188
 4 ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES DE DIÁLOGO PÚBLICO-PRIVADO	191
4.1 A AUDIÊNCIA PÚBLICO-PRIVADA: O DIÁLOGO PÚBLICO-PRIVADO PRESENCIAL CABÍVEL EM QUALQUER PROCESSO ADMINISTRATIVO	191
4.1.1 A insuficiência e a inadequação do Decreto Federal nº 4.334/2002	193
4.1.2 Uma proposta de reforma para o Decreto Federal nº 4.334/2002: a visibilidade dos parlatórios <i>versus</i> a opacidade do registro sintético por escrito	198
4.1.3 Um desafio à cultura administrativa: o relativo desconhecimento do Decreto Federal nº 4.334/2002 pelos próprios agentes públicos	207
4.2 OS DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS NO ÂMBITO DA FUNÇÃO REGULATÓRIA	211
4.2.1 A submissão de minutas de normas regulatórias por agentes econômicos	213

4.2.2 A análise de impacto regulatório (AIR).....	220
4.2.3 As consultas públicas.....	226
4.2.4 As audiências públicas.....	230
4.2.5 O intercâmbio documental: uma modalidade de audiência pública ou de consulta pública em que não há sessão presencial.....	235
4.2.6 A tomada de subsídio.....	237
4.2.7 A reunião participativa.....	241
4.2.8 Os diálogos público-privados conduzidos durante a aplicação de normas de natureza regulatória: a fiscalização de atividades econômicas	244
4.2.9 Os conselhos regulatórios: uma espécie de arena participativa, mas distinta dos diálogos público-privados.....	247
4.3 DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	249
4.3.1 O procedimento de manifestação de interesse (PMI)	250
4.3.2 O procedimento de manifestação de interesse social (PMI Social).....	259
4.3.3 Diálogos prévios à elaboração de edital em licitações públicas comuns e às contratações diretas.....	265
4.3.4 O request for information (RFI) e o request for proposal (RFP)	273
4.3.5 Pesquisa de preços com potenciais fornecedores e prestadores de serviços..	278
4.3.6 O <i>road show</i>	284
4.3.7 As consultas públicas e audiências públicas no âmbito contratual.....	291
4.4 DIÁLOGOS PÚBLICO-PRIVADOS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONATÓRIOS	293
4.4.1 As negociações prévias ao acordo de leniência	295
4.4.2 As negociações prévias ao termo de ajustamento de conduta (TAC).....	302
4.4.3 As negociações prévias ao termo de compromisso de cessação de prática (TCC)	306
4.5 ANÁLISE SISTÊMICA SOBRE OS INSTITUTOS DE DIÁLOGO PÚBLICO-PRIVADO.....	311
CONCLUSÃO	317
REFERÊNCIAS.....	325
APÊNDICE A.....	354
APÊNDICE B	356

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado é resultado da pesquisa acadêmica conduzida pelo autor durante o período de 2014 a 2016, sob a orientação do Professor Doutor Gustavo Henrique Justino de Oliveira, no programa de Doutorado em Direito do Estado oferecido pela Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

O objeto de pesquisa refere-se às comunicações, orais e escritas, intercambiadas entre agentes públicos e agentes econômicos no âmbito de suas relações jurídico-administrativas – ou, mais simplesmente, sobre *diálogos público-privados*.

O principal problema identificado no fenômeno, que justificou o interesse no tema, consiste na cotidiana *informalidade* com que esses diálogos são conduzidos pela administração pública brasileira. Essa informalidade, identificada no título do trabalho como a *opacidade dos diálogos público-privados*, se perfectibiliza quando essas comunicações não são devidamente registradas em processo administrativo, a despeito do consolidado reconhecimento de que a *processualidade* é elemento central do direito administrativo e, pois, vinculante ao exercício da função administrativa. A consequência negativa primária dessa informalidade é o obstáculo que impõe sobre o exercício de controle sobre os processos administrativos, dada a incompleta memória da formação decisória e a inviabilidade de observância fidedigna do princípio da publicidade.

A faceta eminentemente jurídica do problema foi investigada a partir de uma análise detalhada e sistemática sobre a regulamentação normativa dessas interlocuções. No último capítulo, especialmente, verifica-se a hipótese de que existem indesejáveis lacunas normativas na disciplina dos diálogos público-privados, uma vez que as normas legais e infralegais dedicadas às diferentes espécies dessas comunicações, quando existentes, são insuficientes e inadequadas.

Mas a insuficiência normativa não é o único elemento que enseja a sobredita informalidade. A ausência de registro de uma determinada comunicação entre um agente público e um agente econômico pode representar uma conduta deliberada adotada em favor de um esquema de corrupção. Ou ainda, é igualmente comum que essa informalidade seja decorrência do mero desconhecimento, por parte do agente público, sobre as normas jurídicas aplicáveis aos diálogos público-privados.

Logo, a disciplina normativa é apenas uma das múltiplas facetas do problema da opacidade que recai sobre esses diálogos. A compreensão aprofundada de suas causas e

consequências exige, em complemento à análise jurídica, uma investigação sobre elementos históricos, sociológicos, políticos, econômicos, da cultura administrativa, da ética profissional e até da tecnologia da informação e comunicação.

Em razão disso, esta tese de doutorado carrega um manifesto caráter interdisciplinar, pois entremeia a análise jurídica com elementos dessas outras ciências, em esforço genuíno de contribuição à compreensão das causas e consequências do problema da opacidade dos diálogos público-privados. A abordagem interdisciplinar do fenômeno, que raramente é examinado de forma autônoma pela academia, é percebida pelo autor como de invulgar relevância para o desenvolvimento do direito administrativo.

O presente estudo consolida as investigações acadêmicas experimentadas pelo autor após a sua dissertação de mestrado, que foi dedicada à análise de uma única espécie de diálogo público-privado: o procedimento de manifestação de interesse (PMI)¹. Desta feita, o objeto de pesquisa foi significativamente ampliado e aprofundado, de forma que abrange todo o gênero dos diálogos público-privados, considerado uma categoria própria da atividade administrativa. Sob múltiplas perspectivas, analisa-se um fenômeno comunicacional que se manifesta em relações jurídico-administrativas de naturezas variadas; no último capítulo do estudo, por exemplo, são examinadas aproximadamente duas dezenas de espécies de diálogos público-privados desenvolvidos em processos administrativos de natureza regulatória, contratual e sancionatória.

A contribuição original deste estudo está vinculada ao ângulo investigativo proposto para a análise dos relacionamentos público-privados de caráter econômico. Notadamente incomum, o recorte é direcionado à dimensão comunicacional do fenômeno. A investigação orienta-se para as causas, as consequências jurídico-econômicas e a regulamentação jurídica aplicável aos diálogos público-privados, incluindo-se uma análise sistemática e a classificação das diferentes espécies existentes. Um considerável fragmento de ineditismo também pode ser identificado no anunciado caráter interdisciplinar com que o fenômeno é examinado. Há uma nota distintiva também na ênfase destinada aos riscos dos mecanismos dialógicos, em contraste com um possível recorte que centralizaria a perspectiva consensual dessas interlocuções – a opção se deve à percepção de que nas interlocuções entre agentes públicos e agentes econômicos, contrariamente às interlocuções com a sociedade civil, os riscos de corrupção e de captura são mais acentuados.

¹ Com o objetivo de assegurar o ineditismo desta tese de doutorado, todo excerto cujo conteúdo, direta ou indiretamente, encontra algum paralelo em trechos da referida dissertação de mestrado, ou nas demais publicações do autor, teve tal condição identificada em nota de rodapé.

O método da pesquisa descobre-se por seu caráter teórico e analítico, sem prejuízo de algumas pontuais evocações de fontes empíricas, que foram essenciais para o assentamento dos pressupostos fáticos. Além da extração de dados a partir de publicações oficiais e editoriais, notícias jornalísticas e precedentes jurisprudenciais, uma pesquisa empírica foi empreendida diretamente pelo autor, que solicitou e recebeu informações de quarenta e cinco órgãos e entidades da administração pública federal². Por vezes, também, o texto revela-se temperado com passagens opinativas, de natureza subjetiva, que desvelam e fazem conhecer melhor o autor – o que, acredita-se, é elemento inarredável em pesquisas de ciências sociais. Sempre que consciente, procedeu-se à devida identificação desses trechos, atribuindo-lhes o registro expresso de que o leitor se encontra perante a opinião do autor.

O primeiro capítulo, denominado *Os diálogos público-privados e o efeito sobre a percepção de legitimidade do estado pela população*, dedica-se à introdução do objeto de estudo, ao oferecimento das razões que creditam a sua contemporânea relevância para o direito administrativo, à apresentação dos pressupostos adotados e à sintética exposição das principais discussões que suportaram o seu desenvolvimento. Desenvolve-se a reflexão de que os diálogos público-privados, indispensáveis para o exercício da função administrativa, encontram-se em meio à dualidade que emerge entre a busca por consensualidade e uma agravada cultura de desconfiança sobre os relacionamentos público-privados. Porque potencialmente informais e imunes aos mecanismos de controle, essas interlocuções desafiam as limitações e a própria eficácia do direito administrativo, ao qual se encontram subordinadas. Por consequência, os diálogos público-privados devem ser reconhecidos e compreendidos pelo grande impacto que ocasionam ao processo de legitimação estatal perante a população, que depende da responsividade e do bom sucesso no exercício da função administrativa. Discute-se, ainda no primeiro capítulo, que a intensidade de tal repercussão é robustecida no desafio de legitimação do estado brasileiro, considerado o seu caráter desenvolvimentista, os indícios de uma contemporânea crise de responsividade, a acentuada carga tributária, a reduzida taxa de retorno ao bem-estar social e a aparente situação de corrupção sistêmica.

² Os questionários encaminhados encontram-se no Apêndice A. Nos dias 8 e 10 de outubro de 2016, esses questionários foram encaminhados a quarenta e seis órgãos ou entidades da administração pública federal. Desse conjunto, apenas um órgão não respondeu (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Os conteúdos dessas solicitações de informações e as respectivas respostas podem ser acessados eletronicamente, por meio da rede mundial de computadores (*internet*), a partir dos *links* registrados nas correspondentes referências bibliográficas desta tese de doutorado. Essas informações foram empregadas a título ilustrativo durante o trabalho, sem que houvesse a pretensão de examiná-las sistematicamente para o levantamento de conclusões, como ocorreria num estudo de caráter eminentemente empírico.

Os dois capítulos subsequentes avançam a pesquisa sobre o dilema que se manifesta entre a verificada opacidade dos diálogos público-privados e a idealizada busca por sua plena visibilidade na administração pública.

No segundo capítulo, especificamente, intitulado *O dilema da opacidade: o risco da informalidade nos diálogos público-privados*, apresenta-se a situação de informalidade desses diálogos no Brasil, em conjunto com o correspondente dever jurídico de registro de tais comunicações e a inabalável influência de elementos extraprocessuais sobre a formação decisória nos processos administrativos. Explora-se também a correlação entre o fenômeno da corrupção e a necessidade de que os envolvidos empreguem canais sigilosos e informais de comunicação. Na sequência, analisa-se o impacto do contemporâneo avanço tecnológico criptográfico, que confere a quaisquer interlocutores a possibilidade de que comunicações eletrônicas e transferências financeiras sejam realizadas universal e instantaneamente, sem custo significativo, em ambiente de sigilo e opacidade. Em conjunto com a pluriforma das estratégias corruptivas, esses fatores são determinantes para a conclusão de que os riscos que emergem dos diálogos público-privados informais são tecnicamente insuperáveis.

Numa última seção, em abordagem que se serve de teorias originárias das ciências econômicas, analisa-se em detalhes o processo de descoberta dos interesses públicos pelo agente público, o risco de preponderância dos seus interesses individuais, o problema do principal-agente na administração pública e o risco de captura dos agentes públicos por agentes econômicos – todos fatores que agravam a probabilidade de que reine a opacidade sobre esses diálogos, e não a visibilidade.

O terceiro capítulo, designado *Em busca de visibilidade: o ideal de transparência, abertura à competição e ética nos diálogos público-privados*, investe em uma análise das potenciais soluções à diagnosticada opacidade dessas relações comunicacionais. Examina-se, a partir do direito administrativo, a potencialidade de medidas preventivas e repressivas dedicadas à contenção dos riscos dos diálogos público-privados, expandindo-se a busca por soluções que, inclusive, extrapolam a seara jurídica, como o fomento à ética profissional. Verificam-se em detalhes as medidas vinculadas à transparência ativa e à ampliação da participação competitiva entre os agentes econômicos nesses diálogos público-privados, que, em conjunto com o fomento à ética profissional, formam as diretrizes essenciais defendidas para essas interlocuções. Argumenta-se que a institucionalização de procedimentos administrativos típicos para a condução dessas comunicações, que implementem as referenciadas diretrizes, representa a medida com maior potencial preventivo para os riscos do

fenômeno. Nada obstante, fundamenta-se a opinião de que a institucionalização dessas comunicações é solução meramente parcial, pois o risco de informalidade sempre remanescerá.

Sustenta-se também que as soluções definitivas para o controle dos riscos dos diálogos público-privados dependem da cessação do fenômeno e, pois, não guardam compatibilidade com a constituição federal, já que militam em favor de uma redução enérgica das competências estatais, seja por meio da extinção de programas governamentais ou da privatização de seus ativos. Assim, a implementação dessas últimas soluções, que possuem caráter disruptivo, depende de fatores que extrapolam a seara jurídica, pertencendo eminentemente às searas política e econômica, razão pela qual não serão analisadas em detalhe. Os diálogos público-privados, portanto, continuarão atribuindo riscos à administração pública enquanto e na medida em que permanecerem essenciais à função administrativa.

O quarto e último capítulo, denominado *Análise e classificação dos procedimentos administrativos de diálogo público-privado*, é dirigido a um exame e ordenação sistemáticos das espécies de diálogos público-privados atualmente desenvolvidas pela administração pública brasileira. Organiza-se a análise desses procedimentos administrativos a partir de quatro gêneros, de acordo com o ambiente em que as comunicações são empreendidas: (i) em todos os âmbitos do processo administrativo; (ii) nos processos administrativos de natureza regulatória; (iii) nos processos administrativos dedicados às contratações públicas; e (iv) nos processos administrativos sancionatórios.

Examinam-se as particularidades e as similaridades dos seguintes fenômenos dialógicos, em ordem: (i) as audiências público-privadas, em que agentes públicos e agentes econômicos dialogam em reunião reservada e exclusiva; (ii) a submissão de minutas de normas regulatórias por agentes econômicos; (iii) a análise de impacto regulatório (AIR); (iv) as consultas públicas; (v) as audiências públicas; (vi) o intercâmbio documental; (vii) a tomada de subsídio; (viii) a reunião participativa; (ix) os diálogos conduzidos durante a fiscalização de atividades econômicas; (x) os conselhos regulatórios; (xi) o procedimento de manifestação de interesse (PMI); (xii) o procedimento de manifestação de interesse social (PMI Social); (xiii) os diálogos prévios aos editais de licitação pública e às contratações diretas; (xiv) o *request for information* (RFI) e o *request for proposal* (RFP); (xv) a pesquisa de preços com fornecedores; (xvi) o *road show*; (xvii) as negociações prévias ao acordo de leniência; (xviii) as negociações prévias ao termo de ajustamento de conduta (TAC); e (xix) as negociações prévias ao termo de compromisso de cessação de prática (TCC).

O objetivo primário dessa análise individualizada e sistemática – que, inclusive, deu origem a matrizes analíticas dedicadas a cada espécie, compiladas no Apêndice B deste estudo

– é contribuir com a identificação das principais características dos diálogos público-privados existentes na administração pública brasileira. Além disso, verificam-se e comparam-se, a partir dos parâmetros materiais preestabelecidos, aquelas características que representam boas práticas de governança pública e aquelas outras que, caso implementadas, poderiam estimulá-las³. Com isso, sugere-se um conjunto de adequações normativas e operacionais entendidas como necessárias para que a situação de opacidade contemporânea dos diálogos público-privados seja parcialmente revertida em um contexto de maior visibilidade.

Os argumentos apresentados nesta tese de doutorado foram construídos e dispostos a partir de diferentes intensidades. Por vezes, sempre que, seguramente, inexistia risco de prejuízo ao cerne do estudo, alguns debates foram referenciados de forma mais sintética – seja porque maiores ênfases eram prescindíveis para a argumentação pretendida, porque uma discussão mais aprofundada escaparia significativamente à proposta do estudo ou por já existir publicação pretérita do autor sobre o tema.

Nada obstante todos os esforços dedicados a uma maior síntese, o caminho percorrido pelo estudo é relativamente extenso, particularmente porque, como se verá, buscou-se atribuir a cada tópico o merecido aprofundamento. É o que se encontra adiante.

³ A expressão *governança pública* pode ser sintetizada como as condições essenciais para, durante o exercício da administração pública, “garantir o comportamento ético, íntegro, responsável, comprometido e transparente da liderança; controlar a corrupção; implementar efetivamente um código de conduta e de valores éticos; observar e garantir a aderência das organizações às regulamentações, códigos, normas e padrões; garantir a transparência e a efetividade das comunicações; balancear interesses e envolver efetivamente os *stakeholders* (cidadãos, usuários de serviços, acionistas, iniciativa privada)”. Cf. BRASIL. **Governança Pública**: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014, p. 17

CONCLUSÃO

1) Os diálogos estabelecidos entre agentes públicos e agentes econômicos, porque inevitáveis, inerentes e decisivos para o exercício da função administrativa, impactam significativamente o grau de responsividade da administração pública à coletividade e, conseqüentemente, o desafio de legitimação estatal perante a população. O fenômeno é robustecido no estado brasileiro contemporâneo, considerado o seu caráter intervencionista-desenvolvimentista, o presumido e histórico contexto de corrupção sistêmica, os indícios de uma contemporânea crise de responsividade, a acentuada carga tributária e a reduzida taxa de retorno ao bem-estar social.

2) A ausência de registro e publicidade sobre os diálogos público-privados milita contrariamente ao desafio de legitimação estatal porque há um acentuado risco de que, por intermédio dessas comunicações, sem que haja possibilidade de controle, os agentes públicos deixem de se submeter à lei e passem a perseguir interesses econômicos incompatíveis com os interesses públicos, em violação à esperada responsividade da atuação administrativa.

3) Conforme revelam variados indícios extraídos de publicações editoriais, de notícias jornalísticas, de relatórios de precedentes jurisprudenciais e, inclusive, da própria pesquisa empírica empreendida para a redação deste estudo, são incontáveis os diálogos público-privados conduzidos pela administração pública brasileira em ambiente de severa opacidade. É frequente que processos administrativos não registrem integralmente as informações e comunicações que conduziram às suas conclusões, não sendo possível resgatar de forma fidedigna a memória da formação decisória.

4) A informalidade dos diálogos público-privados é característica que ofende o direito administrativo brasileiro, pois que a forma processual é impositiva para o exercício da função administrativa. Ainda que tal operação afigure-se distante da realidade contemporânea, todos os diálogos público-privados, sejam orais ou escritos, deveriam ser integralmente registrados em processo administrativo. Inclusive, no caso das comunicações orais, a gravação audiovisual é a medida com maior potencial de aderência à legalidade, pelo grau de fidelidade às informações intercambiadas. Para além do registro, o acesso ao conteúdo dos diálogos público-privados, como regra, deveria ser livre a qualquer interessado, independentemente de suas motivações, ou até mesmo espontaneamente concedido, se relevante para os interesses

públicos, em atenção às regras gerais de publicidade e de transparência ativa insculpidas na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

5) O desvirtuamento voluntário das finalidades administrativas está condicionado à existência de canais informais e sigilosos de comunicação entre os agentes envolvidos. Em virtude da disseminação de tecnologias de criptografia de ponta a ponta, o custo e a dificuldade técnica para a estruturação de canais eletrônicos eficientes, informais e sigilosos para a manutenção de diálogos público-privados informais são diminutos ou inexistentes. Ainda em virtude dos avanços da criptografia eletrônica, o risco de que diálogos público-privados informais originem, estruturem e desenvolvam esquemas de corrupção é agravado pela contemporânea facilidade com que também transações financeiras sejam realizadas de forma universal, pouco custosa, instantânea e indetectável, por intermédio das recém-disseminadas moedas digitais (*Bitcoin*, por exemplo). A ausência de formas predefinidas para o entabulamento de esquemas de corrupção, que nem sempre se estruturam a partir do pagamento de vantagens pecuniárias indevidas, é outro elemento que dificulta a detecção e a mitigação dos riscos dos diálogos público-privados.

6) O risco de ausência de detecção sobre a eventual preponderância de interesses privados do agente público durante os diálogos público-privados é acentuado também pela natural subjetividade e complexidade da atuação administrativa, que não encontra nas normas jurídicas uma fórmula que prescindia de juízos valorativos para a perseguição dos interesses públicos. A dificuldade para a verificação desses potenciais comportamentos desviados também é justificada com o auxílio de elementos originários das ciências econômicas, especialmente a partir do problema do principal-agente, responsável pela compreensão de que, como inexitem meios para se monitorar eficiente e diretamente os agentes públicos, permite-se que, sem detecção, interesses econômicos ilegítimos sejam perseguidos durante os diálogos público-privados, ou ainda, que os agentes públicos atuem sem o comprometimento esperado pela coletividade. Aplicando-se a teoria da captura ao contexto dos diálogos público-privados, compreende-se igualmente que há uma propensão de que agentes econômicos patrocinem o desprestígio voluntário dos interesses públicos pelos agentes públicos, para que passem a atuar em benefício de interesses exclusivamente privados, em agravamento dos riscos da ausência de controle pleno sobre essas comunicações.

7) O ideal de plena visibilidade sobre os diálogos público-privados é utópico, haja vista que, independentemente das medidas preventivas ou repressivas implementadas para o controle de seus riscos, uma parcela de informalidade comunicacional permanecerá inerente às relações jurídico-administrativas e sempre influenciará os processos administrativos. Portanto,

o direito administrativo, por si só, é incapaz de assegurar o pleno controle sobre os riscos dos diálogos público-privados; é capaz, no entanto, de mitigar parcialmente esses riscos a partir de um conjunto de medidas preventivas e repressivas.

8) Analisando-se as medidas preventivas e repressivas existentes para o controle dos riscos dos diálogos público-privados, há uma manifesta predileção às medidas preventivas, pois a eficácia das medidas repressivas resta parcialmente neutralizada pela dificuldade de imposição efetiva das sanções legais. Essa dificuldade é particularmente agravada pela própria natureza dos diálogos público-privados informais, haja vista a anunciada inviabilidade técnica de que órgãos de controle obtenham conhecimento a respeito da existência e do conteúdo de interlocuções propositadamente ocultadas. Apesar disso, uma relevante e preventiva função simbólica decorre da simples existência dessas normas repressivas, o que contribui para afastar da ilicitude uma parcela significativa dos interlocutores de diálogos público-privados.

9) Dentre as medidas preventivas para o controle dos riscos dos diálogos público-privados, a maior eficácia repousa sobre aquelas que visam à eliminação do fenômeno, seja a eliminação de programas governamentais ou mediante privatização dos ativos pertencentes à administração pública. Contudo, essa estratégia, caso adotada sistematicamente, não encontra compatibilidade com a atual constituição federal, que pugna por um estado desenvolvimentista, responsável por orientar, promover e intervir sobre as atividades econômicas.

10) A realização de reformas pontuais sobre o direito administrativo e sobre os programas governamentais vigentes representam as medidas preventivas que, em consonância com as diretrizes constitucionais, podem mitigar parcialmente os riscos dos diálogos público-privados, embora a plena eficácia dessa solução seja reconhecidamente inalcançável. Nesse contexto, a institucionalização de procedimentos administrativos de diálogo público-privado configura a medida reformativa com maior potencial para promover visibilidade ao fenômeno.

11) Para que essa institucionalização dos diálogos público-privados ocorra em conformidade com o direito administrativo e não sirva como instrumento de falsa legitimação às decisões porventura adotadas em ambiente extraprocessual, é imperioso que três principais diretrizes sejam observadas numa desejada operação de transformação da cultura administrativa e de reforma sobre os regulamentos normativos dedicados ao fenômeno: a transparência ativa sobre os diálogos, a ampla abertura à participação competitiva-colaborativa dos interessados e o fomento à ética profissional. De toda sorte, sempre que necessário para preservar a eficácia do procedimento administrativo, é admissível que a publicidade seja temporariamente mitigada, para que seja – apenas – posteriormente revelada; o dever de registro fidedigno sobre os

diálogos público-privados, contudo, sempre existirá, pois que é condição para o exercício de controle sobre a administração pública.

12) Os regulamentos normativos dedicados aos diálogos público-privados devem considerar o risco de que a oportunidade de interlocução seja utilizada como instrumento de captura informacional, expediente por meio do qual o agente econômico obtém a prevalência dos seus interesses mediante o oferecimento acintoso de um volume desproporcional de informações e provocações, em abuso do seu direito à participação. Portanto, embora a regra geral seja o dever administrativo de resposta individual, justificada e circunstanciada às contribuições dos agentes econômicos, os regulamentos devem ressaltar a hipótese excepcional de abuso desse direito, ocasião em que o particular não gozará do direito de obter resposta.

13) A vinculação expressa de códigos de conduta ética aos procedimentos de diálogo público-privado é estratégia preventiva relevante, pois permite que os participantes tenham pleno conhecimento e periódicas lembranças sobre os comportamentos esperados e desejados durante essas comunicações. A vinculação de preceitos éticos é indispensável porque servem como um importante incentivo ao cumprimento dos deveres funcionais, em complemento aos incentivos e desincentivos jurídico-econômicos. A pesquisa bibliográfica revelou, a partir de estudos empíricos já realizados, que, frequentemente, a eficácia das normas morais e socialmente desejáveis é maior que a eficácia das normas jurídicas comuns, cujas sanções podem ser percebidas como simples transações comerciais, ou mesmo, desconsideradas em razão da baixa probabilidade de detecção do ilícito. Ainda sob essa perspectiva, a disseminação da compreensão sobre as consequências sociais negativas que decorrem da informalidade dos diálogos público-privados pode ter um efeito positivo sobre a probabilidade de que os interlocutores se mantenham alinhados à ética e às normas jurídicas.

14) A eficácia preventiva da solução institucional proposta para os diálogos público-privados aumentará mediante a conversão dos seus respectivos processos administrativos ao ambiente eletrônico, para que, em conformidade com o que já ocorre em muitos processos judiciais, também seja concedido livremente, em tempo real, pela rede mundial de computadores (*internet*), o acesso integral de seus conteúdos aos interessados. Se ausente o sigilo, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), o acesso eletrônico deve ser livre a qualquer cidadão, em atenção ao dever de publicidade e de transparência ativa, sendo presumido o interesse do cidadão nos processos administrativos.

15) Atualmente, o estágio de institucionalização dos procedimentos de diálogo público-privado na administração pública brasileira é flagrantemente incipiente. As próprias regras jurídicas existentes em dedicação à disciplina dos diálogos público-privados são

frequentemente desconhecidas pelos próprios agentes públicos, conforme revelou a pesquisa empírica e bibliográfica empreendida. A constatação denuncia uma carência que transpõe a ciência jurídica, pois depende de soluções vinculadas ao fomento de uma cultura administrativa hoje inexistente.

16) Diversas espécies de diálogo público-privado – a submissão de minutas de normas regulatórias, os diálogos conduzidos durante a fiscalização de atividades econômicas, o *road show* e os diálogos prévios à elaboração de editais licitatórios ou às contratações diretas, por exemplo – sequer possuem previsão legal ou alguma regulamentação normativa, excetuadas aquelas contratações em que o procedimento de manifestação de interesse (PMI) já é permitido. Outras espécies – o intercâmbio documental, a tomada de subsídio, a reunião participativa, o *request for information* (RFI) e o *request for proposals* (RFP) – constituem iniciativas que, embora disciplinadas em regulamento próprio, não possuem expresso e específico fundamento em lei; inclusive, numa interpretação mais rigorosa, verificou-se que algumas de suas características podem ser consideradas como contrárias às normas jurídicas aplicáveis. Para esses institutos, conclui-se que a superveniência de uma disciplina legal seria benéfica ao propósito de institucionalização dos diálogos público-privados, em razão da maior segurança jurídica que confere aos interlocutores.

17) Uma das mais relevantes espécies de diálogo público-privado também se encontra em estado primitivo de institucionalização: as audiências público-privadas, por meio das quais os agentes públicos dialogam de forma presencial e reservada com agentes econômicos. A relevância dessas reuniões exclusivas é mais acentuada porque se inserem no âmago de numerosos relacionamentos público-privados de caráter econômico, inclusive durante outros procedimentos administrativos típicos de diálogo público-privado, independentemente da natureza do processo administrativo. O Decreto Federal nº 4.334/2002, que representa a principal norma jurídica dedicada ao fenômeno e que, muito por isso, exerceu influência direta sobre o conteúdo de inúmeras normativas análogas, revela uma disciplina inadequada, insuficiente e parcialmente desconhecida pelos próprios agentes públicos subordinados. Defende-se uma urgente reforma sobre o seu conteúdo e, a fim de orientá-la, sugeriu-se um extenso conjunto de alterações normativas, muitas delas em linha com o que prescreve a vanguardista Portaria nº 107/2014, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

18) A análise de impacto regulatório (AIR), por sua vez, uma espécie de diálogo público-privado com grande potencial para prover visibilidade às comunicações que ocorrem no processo de formação das normas regulatórias, ainda não encontra significativo respaldo na

cultura das agências reguladoras brasileiras, tampouco nos regulamentos que disciplinam esses processos administrativos. Defende-se, para que a situação seja remediada, a aprovação do Projeto de Lei nº 1.539/2015, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados e confere um detalhado e expandido regramento ao instituto.

19) Uma análise histórica e comparativa sobre o procedimento de manifestação de interesse (PMI) sugere esta espécie de diálogo público-privada encontra-se em fase mais avançada de desenvolvimento institucional, excetuando-se as consultas públicas e as audiências públicas. A consolidação normativa promovida pelo Decreto Federal nº 8.428/2015 e a recente inclusão do instituto pela Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) constituem evidências dessa institucionalização. Contudo, ainda persistem carências em matéria de abertura à participação, haja vista a anunciada possibilidade de restrição do universo de interlocutores após análise prévia da qualificação técnica do particular interessado. Também não há clareza em relação à obrigação de registro das comunicações orais e sobre o livre acesso à integralidade das informações orais ou escritas intercambiadas durante o procedimento.

20) A paulatina institucionalização do procedimento de manifestação de interesse (PMI) repercutiu no desenvolvimento e na implementação de outras soluções dialógicas no âmbito das contratações públicas e de ajustes correlatos. Exemplo disso foi a previsão legal concernente ao procedimento de manifestação de interesse social (PMI Social), que inaugurou o ordenamento jurídico brasileiro com uma solução dialógica para o planejamento de parcerias voluntárias. Igualmente, a prática influenciou o conteúdo de normas projetadas, a exemplo do que ocorre com o Projeto de Lei do Senado nº 559/2013, que pretende estabelecer novas normas gerais sobre licitação pública. Este projeto legislativo, assim como outros diversos, prevê a expansão do procedimento de manifestação de interesse (PMI) às contratações públicas ordinárias, o que é uma solução defendida por este estudo.

21) Não há detalhamentos normativos a respeito das regras aplicáveis às negociações que precedem os acordos de leniência, os termos de ajustamento de conduta (TACs) e os termos de compromisso de cessação de prática (TCCs), o que revela mais uma vez a ausência de uma solução institucionalizada para os diálogos público-privados. A omissão também acomete todas as reuniões eventualmente solicitadas para a discussão de penalidades administrativas, como aquelas aplicáveis, por exemplo, no âmbito dos contratos administrativos. Defende-se a aplicabilidade das normas gerais dedicadas às audiências público-privadas, solução que, salvo rara exceção, ilustrada pela Instrução Normativa nº 118/2015, da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), não é apresentada de forma explícita pelos normativos inseridos no âmbito dos processos administrativos sancionatórios.

22) A corriqueira informalidade dos diálogos público-privados, estimulada por uma cultura administrativa avessa à abertura participativa-colaborativa e por normas jurídicas cujo conteúdo é insuficiente e inadequado para discipliná-los, além de desconhecido por uma parcela dos próprios agentes públicos, obstaculiza o processo de legitimação do estado brasileiro perante a população, pois possibilita, sem obstáculos, que os interesses públicos que justificam esses relacionamentos público-privados sejam desvirtuados. A sugerida institucionalização de procedimentos típicos para essas comunicações, a partir dos parâmetros predefinidos, é medida com potencial para converter a opacidade desses diálogos público-privados; o potencial dessa conversão à visibilidade, no entanto, é notadamente parcial, haja vista que, enquanto essas comunicações permanecerem essenciais à função administrativa, por razões alheias ao direito administrativo, também remanescerá o risco da informalidade e suas respectivas consequências negativas à administração pública e à coletividade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio Weber. Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção. **Novos Estudos** - CEBRAP, n. 73, p. 33-37, 2005.

ADVCASH. **Advanced cash – About** [online], 2016. Disponível em <<http://advcash.com/en/about/company/>> Acesso em 21 nov. 2016.

ALMEIDA, Fernando Dias Menezes. **Contrato administrativo**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

ALMEIDA, Mário Aroso de. **Teoria Geral do Direito Administrativo**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2012.

AME TRADE LTD. **8th annual Africa Public and Private Partnership Conference & Showcase (APPP)**. Disponível em: <<http://ametrade.org/africappp/programme/>> Acesso em 29 out. 2016.

APPARECIDO JUNIOR, José Antonio. O novo paradigma da consensualidade administrativa e a atuação dos advogados públicos. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ARAÚJO, Glaucio Roberto Brittes de; LIVIANU, Roberto; PASCOLATI JUNIOR, Ulisses Augusto (coords.). **48 visões sobre corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, p. 367-380, 2016.

ARAGÃO, Leo; MILLER, Gustavo (ed.). Resultado das manifestações de junho - Infográfico. **Portal G1 - Brasil** [online], 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/linha-tempo-manifestacoes-2013/platb/>> Acesso em 16 dez. 2015.

ARORA, Mohit. How secure is AES against brute force attacks? **EE Times** [online], 5 jul. 2012. Disponível em: <http://www.eetimes.com/document.asp?doc_id=1279619> Acesso em: 31 mai 2016.

ASSIS, Luís Otávio Milagres de; TELLES, Cecília. **Inovações recentes na remuneração variável em Minas Gerais**: Características da premiação por produtividade baseada no modelo de gestão por resultados. II Congresso Consad de Gestão Pública, 2009. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/02/INOVA%C3%87%C3%95ES-RECENTES-NA-REMUNERA%C3%87%C3%83O-VARI%C3%81VEL-EM-MINAS-GERAIS-CARACTER%C3%8DSTICAS-DA-PREMIA%C3%87%C3%83O-POR-PRODUTIVIDADE-BASEADA-NO-MODELO-DE-GEST%C3%83O-POR-RESULTADOS.pdf>> Acesso em 31 mai. 2016.

AURÉLIO, Bruno Francisco Cabral; CARVALHO JUNIOR, Itamar de. **Regulação e o interesse privado: contribuição brasileira para a teoria da regulação econômica de George J. Stigler**. Portal Migalhas, 10 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI64434,81042-Regulacao+e+o+interesse+privado+contribuicao+brasileira+para+a+Teoria>> Acesso em 20 jan. 2016.

AYALA, Bernardo Diniz. **Administração Informal**: mais uma aparente (?) reserva de Administração perante os Tribunais (?). Ordem dos Advogados, Portugal, 2003. Disponível em: <<http://www.oa.pt/Uploads/%7BD59FC3C5-BC9B-4EA8-B2A0-B449E3914636%7D.doc>> Acesso em 28 nov. 2015.

BACHARACH, Samuel B; AIKEN, Michael. Communication in Administrative Bureaucracies. **The Academy of Management Journal**, Vol. 20, No. 3, p. 365-377, Sep. 1977.

BAGASHAKA, Tanya. Unpacking Corruption: The Effect of Veto Players on State Capture and Bureaucratic Corruption. **Political Research Quarterly**, Vol. 67, No. 1, p. 165-180, mar. 2014.

BANCO DO BRASIL. **Avisos e Editais - Consultas e Audiências Públicas** [online], 2016. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/compras,-contratacao-e-venda-de-imoveis/compras-e-contratacoes/avisos-e-editais#/>> Acesso em 20 nov. 2016.

_____. **Contratação dos Serviços de Recepcionista e Telefonista para as dependências do Banco do Brasil S.A – Request for Information (RFI)**, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/dilog/dwn/RFIProjEfi.pdf>> Acesso em 20 jan. 2016.

BARBOSA, Tatiana Casseb Bahr de Miranda (coord). **A revolução das moedas digitais: Bitcoins e Altcoins**. São Paulo, Editora Renovar, 2016.

BARNES, Javier (ed.). **Innovación y reforma en el derecho administrativo**. Sevilla: Editorial Derecho Global-Global Law Press, 2006.

BASTIAT, Frédéric. **A lei**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

_____. **Frédéric Bastiat**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Transações administrativas: um contributo ao estudo do contrato administrativo como mecanismo de prevenção e terminação de litígios e como alternativa à atuação administrativa autoritária, no contexto de uma administração pública mais democrática**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BERCOVICI, Gilberto. O Direito Constitucional Passa, o Direito Administrativo Permanece: A Persistência da Estrutura Administrativa de 1967. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O Que Resta da Ditadura: A Exceção Brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 77-90, 2010.

BERTÓK, János. Lobbying: What Framework for Enhancing Transparency? In: **Zeitschrift für Politikberatung (ZPB) / Policy Advice and Political Consulting**, Vol. 2, No. 1, p. 124-132, April 2009.

BINENBOJM, Gustavo. A constitucionalização do direito administrativo no Brasil: um inventário de avanços e retrocessos. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE)**, Salvador, Instituto de Direito Público, nº 13, março/abril/maio, 2008.

BITTENCOURT, Sidney. **Comentários à lei anticorrupção: Lei 12.846/2013**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

BITVALOR. **Mercado Brasileiro de Bitcoins** – set/2016 [online], 2016. Disponível em: <http://bitvalor.com/files/Relatorio_Mercado_Brasileiro_Bitcoins_Setembro2016.pdf> Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. **Página inicial – Cotações**. [online], 2016. Disponível em: <<http://bitvalor.com/>> Acesso em: 11 dez. 2016.

BLOCKCHAIN INFO. **Capitalização de mercado; Número total de transações** [online], 2016. Disponível em: <<https://blockchain.info/pt/charts/n-transactions-total>>; <<https://blockchain.info/pt/charts/market-cap>> Acesso em 30 out. 2016.

BOAZ, David. Competition and cooperation. In: PALMER, Tom G (ed.). **The morality of capitalism: what your professors won't tell you**, Ottawa, IL, USA: Jameson Book, 2011, p.34

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, 1986.

BOÉTIE, Étienne de la. **Introduction to the politics of obedience: the discourse of voluntary servitude [1552]**, New York: Free Life Editions, 1975.

BÖHME, Rainer; CHRISTIN, Nicolas; EDELMAN, Benjamin; MOORE, Tyler. **Bitcoin: Economics, Technology, and Governance**. The Journal of Economic Perspectives 29 (2). American Economic Association, p. 213–238, 2015.

BRANDEIS, Louis Dembitz. What Publicity Can Do. **Harper's Weekly**, December 20, 1913.

BRASIL. Advocacia-Geral da União – AGU. **Portaria nº 910, de 4 de julho de 2008**. Disponível em: <www.agu.gov.br/page/download/index/id/14115200> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Agência Nacional de Aviação – ANAC. **Resolução nº 199, de 13 de setembro de 2011**. Disponível em: <http://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/resolucoes-2011/resolucao-no-199-de-13-09-2011/@@display-file/arquivo_norma/RA2011-0199.pdf> Acesso em 19 nov. 2016.

_____. Agência Nacional do Cinema – ANCINE. **Instrução Normativa nº 118/2015**. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br/legislacao/instrucoes-normativas-consolidadas/instru-o-normativa-n-118-de-16-de-junho-de-2015>> Acesso em 19 nov. 2016.

_____. Agência Nacional do Cinema – ANCINE. **Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 (regimento interno)**, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.ancine.gov.br/sites/default/files/anexos/RDC%2059%20-%20ANEXO%20-%20REGIMENTO%20INTERNO.pdf>> Acesso em 16 out. 2016.

_____. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **Procedimentos para audiência e consulta pública**, 2008. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2011/073/documento/procedimentos_ap_cp_internet_v28_02_2008.pdf> Acesso em 17 out. 2016.

_____. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **Solicitação de Reunião**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/documents/656815/14968772/Formul%C3%A1rio+Reuni%C3%A3o/116b8822-5dca-484c-be32-a4df85282da0>> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. **Consulta Pública nº 41/2014 – Request for Information**, 2014. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/SACP/Contribuicoes/TextoConsulta.asp?CodProcesso=C1808&Tipo=1&Opcao=finalizadas>> Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. **Consulta Pública nº 44/2014 – Request for Information**, 2014. Disponível em: <<http://sistemas.anatel.gov.br/SACP/Contribuicoes/TextoConsulta.asp?CodProcesso=C1809&Tipo=1&Opcao=>>> Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. **Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013.** Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2013/450-resolucao-612>> Acesso em: 27 jan. 2016.

_____. Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. **Resolução nº 629, de 16 de dezembro de 2013.** Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/legislacao/resolucoes/2013/680-resolucao-629>> Acesso em 19 nov. 2016.

_____. Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Resolução nº 3.681, de 6 de outubro de 2014.** Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/portal/pdfSistema/Publicacao/0000006819.pdf>> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Resolução nº 3.259, de 30 de janeiro de 2014.** Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/pdfSistema/Publicacao/0000006315.pdf>> Acesso em 19 nov. 2016.

_____. Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. **Resolução nº 3.705, de 10 de agosto de 2011.** Disponível em: <http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-3705-2011_113681.html> Acesso em 17 out. 2016.

_____. Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. **Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016.** Disponível em: <http://www.antt.gov.br/index.php/content/view/46843/Resolucao_n__5083.html> Acesso em 19 nov. 2016.

_____. Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Resolução Normativa nº 408, de 6 de junho de 2016.** Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&task=PDFAtualizado&format=raw&id=MzI2MQ==>> Acesso em 20 nov. 2016.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Análise de Impacto Regulatório** [online], 2016. Disponível em: <<http://s.anvisa.gov.br/wps/s/r/P7X>> Acesso em 27 jan. 2016.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Processo n.º: 25351.088742/2010-27.** Relatório preliminar de análise de impacto regulatório – nível 2. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/25d608804f7338d4a41ff59a71dcc661/14-07-exemplo-de-air-da-anvisa.pdf?MOD=AJPERES>> Acesso 27 jan. 2016.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Portaria nº 107/2014.** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/prt0107_29_01_2014.html> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Banco Central do Brasil – BCB. **Portaria nº 66.693, de 11 de agosto de 2011.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/portalcidadao/bcb/portaria_66693.pdf> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Controladoria-Geral da União – CGU. **Nota Técnica nº 2.396, de 1 de novembro de 2012.** Disponível em: <<http://www.acaoainformacao.gov.br/precedentes/MF/16853006676201258.pdf>> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. **Nota Técnica nº 51/2015/CGAA4/SGA1/SG/CADE**, nov. 2015. Disponível em: <http://sei.cade.gov.br/sei/institucional/pesquisa/documento_consulta_externa.php?VBBJLI3rmW24Lpm-9Pg6BnCwr7-STokaZwrLy4cNmhsWkhebg508G8FWBIMR3hvxTrdi--ZqQ4HmbdzucS5tA#_Toc435019067> Acesso em 2 out. 2016.

_____. **Código de conduta da alta administração federal**, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/codigos/codi_conduta/cod_conduta.htm> Acesso em 20 nov. 2015.

_____. **Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal**, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm> Acesso em 20 jan. 2016.

_____. **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm> Acesso em 14 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm> Acesso em 31 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2271.htm> Acesso em 14 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 4.081, 11 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4081.htm> Acesso em 18 out. 2016.

_____. **Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4334.htm> Acesso em 9 out. 2016.

_____. **Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6062.htm> Acesso em 27 jan. 2016.

_____. **Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6555.htm> Acesso em 9 out. 2016.

_____. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm> Acesso em 18 out. 2016.

_____. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm> Acesso em 11 dez. 2016.

_____. **Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420.htm> Acesso em 11 dez. 2016.

_____. **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm> Acesso em 30 nov. 2016.

_____. **Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8726.htm> Acesso em 11 dez. 2016.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. **Portaria nº 155, 12 de maio de 2016**. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias->

do-diretor-geral-do-dnpm/portarias-do-diretor-geral/portaria-dnpm-no-155-de-2016> Acesso em 22 nov. 2016.

_____. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.** Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8429.htm> Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm> Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm> Acesso em 14 mai. 2016.

_____. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10520.htm> Acesso em 14 mai. 2016.

_____. **Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm> Acesso em 14 mai. 2016.

_____. **Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm> Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em 20 jan. 2016.

_____. **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm> Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. **Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013.** Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm> Acesso em 9 out. 2016.

_____. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm> Acesso em 2 out. 2016.

_____. **Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13255.htm> Acesso em 2 out. 2016.

_____. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13303.htm> Acesso em 2 out. 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 1.234, de 11 de maio de 2012.** Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/lai/sobre_a_LAI/pn1234.pdf> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Ministério da Fazenda. **Dívida Pública Federal: Relatório Mensal da Dívida – Julho 2016.** Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016. Disponível em:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/552691/Texto_RMD_Jul_16.pdf/a8a2dffa-3e30-4c4b-8150-c492dbed5230> Acesso em 2 out. 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Portaria nº 579, de 6 de setembro de 2002.** Disponível em:

<<http://www.mi.gov.br/documents/10157/3672567/PORTARIA+579.pdf/76976c85-1c16-4402-a517-aaf6fac97bbe>> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Ministério da Justiça. **Portaria nº 80, de 22 de janeiro de 2016.** Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/107778962/dou-secao-1-26-01-2016-pg-10/pdfView>> Acesso em 17 nov. 2016.

_____. Ministério da Justiça. **Portaria nº 390, de 17 de setembro de 2002.** Disponível em:

<http://www.stj.jus.br/webstj/Institucional/Biblioteca/Clipping/2Imprimir2.asp?seq_edicao=143&seq_materia=7764> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. **Informações gerenciais de contratações e compras públicas**, 2014. Disponível em:

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/estatisticas/01-apresentacao-siasg-dados-gerais-_2014.pdf/view> Acesso em 14 mai. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014.** Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Disponível em:

<<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-27-de-junho-de-2014>> Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamentos da União – Exercício Financeiro 2016 - Projeto de lei orçamentária.** Vol. 1., 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa de preços:** caderno de logística. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, 2014. Disponível em:

<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/caderno/pesquisa_precos-02-09.pdf> Acesso em 25 jan. 2016

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.171, de 15 de junho de 2004.** Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt1171_15_06_2004.html> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 654, de 09 de maio de 2014.**

Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/227159-concessuo-registro-e-arquivo-de-solicitauuo-de-audiuncia-estabelece-procedimentos-no-umbito-do-ministurio-do-trabalho-e-emprego-para-concessuo-registro-e-arquivo-de-solicitau.html>>

Acesso em 9 out. 2016.

_____. Ministério Público Federal. **Caso Lava Jato - entenda o caso** [online]. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>> Acesso em 16 dez. 2015.

_____. Procuradoria-Geral do Banco Central. **Portaria nº 66.693, de 11 de agosto de 2011.**

Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/portalcidadao/bcb/portaria_66693.pdf> Acesso em 9 out. 2016.

_____. **Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013.** Senado Federal, 2013. Disponível em <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115926>> Acesso em 20 nov. 2016.

_____. **Projeto de Lei nº 1.539/2015.** Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1278807>> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Presidência da República. **Decisão em recurso do pedido de acesso à informação n.º 00077.000954/2015-13.** Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República,

out. 2015. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/422168/RESPOSTA_RECURSO_1_REC_%201%20INST_00077_000954_2015_13-01-10-2015%20-%20SECOM.pdf> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Secretaria de Aviação Civil. **Portaria nº 191, de 14 de outubro de 2013**. Disponível em:

<http://www.lex.com.br/legis_24949476_PORTARIA_N_191_DE_14_DE_OUTUBRO_DE_2013.aspx> Acesso em 9 out. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Advocacia-Geral da União – AGU. **Informações procedimentais sobre as interlocações com particulares - Pedido 00700000742201613**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=00700000742201613> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Espacial Brasileira – AEB. **Informações procedimentais sobre as interlocações entre particulares e a Agência - Pedido 01390000883201640**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=01390000883201640> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional de Águas – ANA. **Informações procedimentais sobre as interlocações entre particulares e a Agência - Pedido 02680002192201688**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=02680002192201688> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. **Informações procedimentais sobre as interlocações entre particulares e a Agência - Pedido 00086000522201684**, 2016. Acesso à Informação, 8 out. 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=00086000522201684> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. **Informações procedimentais sobre as interlocações entre particulares e a Agência - Pedido 53850001444201693**, 2016. Acesso à Informação, 8 out. 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=53850001444201693> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional do Cinema – ANCINE. **Informações procedimentais sobre as interlocações entre particulares e a Agência - Pedido 01590001110201624**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=01590001110201624> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. **Informações procedimentais sobre as interlocações entre particulares e a Agência - Pedido 48700004333201612**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=48700004333201612> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. **Informações procedimentais sobre as interlocuções entre particulares e a Agência - Pedido 48700004334201667**, 2016.

Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=48700004334201667> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Informações procedimentais sobre as interlocuções entre particulares e a Agência - Pedido 25820004473201629**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=25820004473201629> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Informações procedimentais sobre as interlocuções entre particulares e a Agência - Pedido 50650004056201622**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=50650004056201622> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. **Informações procedimentais sobre as interlocuções entre particulares e a Agência - Pedido 50650004055201688**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=50650004055201688> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Informações procedimentais sobre as interlocuções entre particulares e a Agência - Pedido 25820004474201673**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=25820004474201673> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Banco Central do Brasil – BACEN. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 18600002197201693**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=18600002197201693> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Banco do Brasil S.A – BB. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99901001914201677**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=99901001914201677> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99905000213201681**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=99905000213201681> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Caixa Econômica Federal – CEF. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99902004868201658**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetailPedido/DetailPedido.aspx?nup=99902004868201658> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99908000611201677**, 2016. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99908000611201677> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99908000612201611**, 2016. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99908000612201611> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 12632000201201625**, 2016. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=12632000201201625> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99910000017201637**, 2016. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99910000017201637> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99932000049201684**, 2016. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99932000049201684> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99920000481201612**, 2016. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99920000481201612> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99933000109201659**, 2016. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99933000109201659> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 50650004105201627**, 2016. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=50650004105201627> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. **Informações procedimentais sobre as interlocuções entre particulares e a Agência - Pedido 48700004335201610**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=48700004335201610> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99927000353201609**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99927000353201609> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99937000301201613**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99937000301201613> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99945000661201616**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99945000661201616> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99922000630201615**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99922000630201615> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99906000244201621**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99906000244201621> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 03950002681201675**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=03950002681201675> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Fundação Nacional do Índio – FUNAI. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 08850003185201681**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=08850003185201681> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 25820004516201676**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=25820004516201676> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com**

particulares - Pedido 72550000182201679, 2016. Disponível em:
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=72550000182201679> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 01390000893201685**, 2016. Disponível em:
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=01390000893201685> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ministério da Defesa – MD. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 60502001856201649**, 2016. Disponível em:
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=60502001856201649> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ministério da Educação – MEC. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 23480017952201688**, 2016. Disponível em:
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=23480017952201688> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ministério da Integração Nacional – MI. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 59900000315201621**, 2016. Disponível em:
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=59900000315201621> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ministério da Justiça – MJ. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 08850003184201636**, 2016. Disponível em:
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=08850003184201636> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ministério da Saúde – MS. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 25820004515201621**, 2016. Disponível em:
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=25820004515201621> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ministério das Comunicações – MC. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 53850001451201695**, 2016. Disponível em:
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=53850001451201695> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 03950002680201621**, 2016. Disponível em:
<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=03950002680201621> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 46800001859201697**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=46800001859201697> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 99909000937201694**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=99909000937201694> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. **Informações procedimentais sobre as interlocuções com particulares - Pedido 12649001290201648**, 2016. Disponível em:

<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/_layouts/15/DetalhePedido/DetalhePedido.aspx?nup=12649001290201648> Acesso em 14 nov. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça – STJ, **Decisão Monocrática em Habeas Corpus nº 320206/PR**, Relator: Ministro Newton Trisotto - Desembargador Convocado do TJ/SC, Data de Publicação: DJ 13/04/2015.

_____. Tribunal de Contas da União. **Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria**. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.

_____. Tribunal de Contas da União, **Acórdão nº 279/2001**, Plenário, Relator Benjamin Zymler, Data da Sessão: 7 nov 2011.

_____. Tribunal de Contas da União, **Acórdão nº 948/1999**. Relator: Adhemar Paladini Ghisi, Órgão Julgador: Plenário, Data da Sessão: 15/12/1999.

_____. Tribunal de Contas da União, **Acórdão nº 1.959/2007**, Plenário, Relator Raimundo Carreiro, Data da Sessão: 19 set. 2007.

_____. Tribunal de Contas da União, **Acórdão nº 2.261/2011**. Plenário, Relator Ministro José Jorge, Data da Sessão: 24 ago 2011.

_____. Tribunal de Contas da União, **Acórdão nº 2.866/2009**, Relator: Augusto Nardes, Órgão Julgador: Primeira Câmara, Data da Sessão: 2 jun. 2009.

_____. Tribunal de Contas da União, **Acórdão nº 3.395/2013**, 2ª Câmara, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Data da Sessão: 18 jun. 2013.

_____. Tribunal de Contas da União. **Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação: riscos e controles para o planejamento da contratação**. Brasília: TCU, 2012.

_____. Tribunal de Contas da União, **Informativo de Jurisprudência nº 297**, Acórdão 1923/2016, Plenário, Relator Ministro Bruno Dantas, Data da Sessão 27 jul. 2016.

_____. Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF-1, **Habeas Corpus nº 0054657-96.2015.4.01.0000**, Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro, Órgão Julgador: Terceira Turma, Data de Julgamento: 16/12/2015.

_____. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, **Habeas Corpus nº 5043942-23.2015.4.04.0000**, Relator: Leandro Paulsen, Órgão Julgador: Oitava Turma, Data de Julgamento: 09/11/2015.

_____. Tribunal Superior Eleitoral – TSE. **Portaria nº 507, de 14 de agosto de 2014**. Disponível em: <<http://sintse.tse.jus.br/documentos/2014/Ago/15/portaria-no-507-de-14-de-agosto-de-2014-dispoe>> Acesso em 30 nov. 2016.

BRETAS, Marcos. **A Corrupção no Tempo de Dom João - 1808**, A Corte no Brasil.

Documentário Globo News [Vídeo], 2012. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=h1WFRq31gUc>> Acesso em 17 jan. 2016.

BRITO, Jerry; CASTILLO, Andrea. Bitcoin: A Primer for Policymakers. trad. por Fernando Ulrich. In: ULRICH, Fernando. **Bitcoin: a moeda na era digital**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, p. 17-33, 2014.

BRITTO, Carlos Ayres. Comentários ao artigo 37, caput. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, p. 818-823, 2013.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Processo administrativo eletrônico e informação pública. O sistema e-MEC e o marco regulatório da educação superior. In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago (org.). **Direito e administração pública**. São Paulo: Editora Atlas, p. 700-724, 2013.

BUCHANAN, James; TULLOCK, Gordon. **The calculus of consent: logical foundations of constitutional democracy** [1962]. Indianapolis, USA: Liberty Fund, 2011.

BUEGER, Christian; GADINGER, Frank. Die Formalisierung der Informalität: Praxistheoretische Überlegungen. In: BRÖCHLER, Stephan; GRUNDEN, Timo (ed.). **Informelle Politik: Konzepte, Akteure und Prozesse**. Springer Vs, p. 81-98, 2014.

BUFFELAN, Jean-Paul. La communication administrative par réseau local. In: **La Revue administrative**, Presses Universitaires de France, Année, No. 239, p. 488-493, set-out 1987.

BUTLER, Eamonn. **Escolha Pública: Um Guia**. Belo Horizonte: Estudantes Pela Liberdade. Brasil, 2014.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Entrevista no Programa Roda Viva** (Programa de TV).

Transcrição. São Paulo: Fapesp, 4 mar. 1991. Disponível em:

<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/648/entrevistados/roberto_campos_1991.htm>

Acesso em 16 dez. 2015.

CARAZZAI, Emílio; CAMARGO, João Laudo de. Ética na governança corporativa. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ARAÚJO, Glaucio Roberto Brittes de; LIVIANU, Roberto; PASCOLATI JUNIOR, Ulisses Augusto (coords.). **48 visões sobre corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, p. 57-68, 2016.

CARRIÓ, Genaro R. **Notas sobre Derecho y Lenguaje**. Buenos Aires: Abeledo – Perrot S.A, 1973.

CARVALHO, André Castro. **A importância dos lembretes morais nas contratações públicas**. Revista Colunistas – Direito do Estado, n. 261, 2016. Disponível em:

<<http://www.direitodoestado.com.br/colunistas/andre-castro-carvalho/a-importancia-dos-lembretes-morais-nas-contratacoes-publicas>> Acesso em 3 out. 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 26 ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.

CARVALHO JÚNIOR, Itamar de. **Os Parlatórios e as gravações eletrônicas: uma experiência de transparência na Administração Pública Federal**. Instituto Brasileiro de Direito e Ética Empresarial – IBDEE, ago. 2016. Disponível em:

<<http://www.ibdee.org.br/os-parlatorios-e-as-gravacoes-eletronicas-uma-experiencia-de-transparencia-na-administracao-publica-federal/>> Acesso em 9 out. 2016.

CASTRO, Carlos Borges de. **Desvios na licitação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

CELLA, José Renato Gaziero. A crítica de Habermas à idéia de legitimidade em Weber e Kelsen. In: **XXII World Congress of Philosophy of Law and Social Philosophy**, Granada. Law and Justice in a Global Society: Abstracts, Special Workshops and Working Groups, 2005.

CHAVES, Vinicius Figueiredo; SOARES, Abel Rafael. Análise crítica da aplicação do termo de compromisso como instrumento regulatório do mercado de capitais. **Revista do Direito Público**, Londrina, v.11, n.1, p.61-84, jan./abr. 2016.

CHAUDHARY A. S. Upward Communication in a Public Sector Organization. **Indian Journal of Industrial Relations**, Vol. 15, No. 3, p. 459-468, jan. 1980

CICERO, Marco Tullius. **De Officiis** - with an english translation by Walter Miller. New York: The Macmillan Co., 1913.

CIRNE LIMA, Ruy. Contratos administrativos e atos de comércio. **Revista de Direito Administrativo - RDA**, v. 32, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 16-26, 1953.

COSTA, Ana Clara. **À caça de investidores, governo participa de evento em Londres** [online]. Revista Época. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2016/09/caca-de-investidores-governo-participa-de-evento-em-londres.html>> Acesso em 29 out. 2016.

CLARK, Kathleen. Regulating the conflict of interest of government officials. In: DAVIS, Michael; STARK, Andrew. **Conflict of interest in the professions**. New York: Oxford University Press, p. 49-60, 2001.

COIN MARKET CAP. **Crypto-Currency Market Capitalizations** [online]. Disponível em: <<http://coinmarketcap.com/>> Acesso em 6 jun 2016.

COMARCA DE GARÇA. **Marília recebe Roadshow dos Correios sobre soluções estratégicas em marketing direto e e-commerce**. 10 ago. 2012. Disponível em: <http://www.jornalcomarca.com.br/?pagina=editorial&id_materia=162434&id_secao=29> Acesso em 29 out. 2016.

COMIN, Diego; HOBIJN, Bart. Lobbies and technology diffusion. MIT Press, **The Review of Economics and Statistics**, Vol. 91, No. 2, p. 229-244, May 2009.

COUTINHO, Mateus. **PF acha 'bovino religioso', 'descobridor', 'nazista' no celular de empreiteiro**. Estado de São Paulo [online]. São Paulo, 14 abr. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-acha-bovino-religioso-descobridor-nazista-no-celular-de-empresario/>> Acesso em 18 mai. 2016.

CUEVA, Ricardo Villas Bôas. Termo de compromisso no processo administrativo sancionador do Banco Central: possibilidades e limites. In: OSÓRIO, Fábio Medina. **Direito sancionador**: Sistema Financeiro Nacional. Belo Horizonte: Fórum, p. 281-309, 2007

CRETELLA JÚNIOR, José. Apresentação. In: CASTRO, Carlos Borges de. **Desvios na licitação**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

CZERWICK, Edwin. Verwaltungskommunikation. In: JARREN, Otfried; SARCINELLI, Ulrich; SAXER, Ulrich (ed.) **Politische Kommunikation in der demokratischen Gesellschaft**, Opladen/Wiesbaden, Deutschland: Westdeutscher Verlag, 1998, p. 489-496

DAHL, Robert. A. A democracia e seus críticos. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012.

DALLARI, Adilson Abreu. Processo administrativo como instrumento de segurança jurídica. In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago (org.). **Direito e administração pública**. São Paulo: Editora Atlas, p. 685-699, 2013.

DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio. **Processo Administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

DANA, Jason. Conflicts of interest and strategic ignorance of harm. In: MOORE, Don A.; CAIN, Daylian M.; LOEWENSTEIN, George; BAZERMAN, Max H. (ed). **Conflicts of interest: challenges and solutions in business, law, medicine, and public policy**. New York: Cambridge University Press, p. 206-223, 2005.

DAVIES, Christie. Humour and protest: jokes under communism. In: HART, Marjolein't; BOS, Dennis. **Humour and Social Protest**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, , p. 291-305, 2008.

DAWKINS, Richard. **O Gene Egoísta**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 1979.

DELL. **Dell now accepts bitcoin** [online], 2016. Disponível em: <<http://www.dell.com/learn/us/en/uscorp1/campaigns/bitcoin-marketing?c=us&l=en&s=corp>> Acesso em 21 nov. 2016.

DELLACHA, Georgina; HODGES, John T. **Unsolicited Infrastructure Proposals: how some countries introduce competition and transparency**. Public-private Infrastructure Advisory Facility – PPIAF, Washington, DC, Estados Unidos da América, 2009, p.1 Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/142981468777252745/pdf/417300Unsolicited0PPIAF0101PUBLIC1.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2016.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Cronograma de road shows para concessões em 60 dias**, 7 jun, 2016. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/cronograma-de-road-shows-para-concessoes-em-60-dias-1.1562040>> Acesso em 29 out. 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Pressupostos do Ato Administrativo: Vícios, Anulação, Revogação e Convalidação em Face das Leis de Processo Administrativo**. I Seminário de Direito Administrativo – TCMSP, 2003. Disponível em: <http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/29a03_10_03/4Maria_Silvia1.htm> Acesso em: 20 jan. 2016.

DROMI, Roberto. **El Derecho Público em la Hipermodernidad**. Madrid: Hispania Libros, 2005.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **O Governo de Minas Gerais realiza Road Show do Projeto de Implantação do Centro Empresarial Gameleira**, 24 mar. 2014. Disponível em: <<http://ppp.mg.gov.br/component/gmg/page/687-o-governo-de-minas-gerais-disponibiliza-a-apresentacao-do-road-show>> Acesso em 29 out. 2016.

ESTADO DE PERNAMBUCO. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. **Processo nº 03016493**, Relator: Severino Otávio Raposo, Órgão Julgado: Segunda Câmara, Data de Publicação: 15/02/2007.

ESTADO DO PIAUÍ. **Governo apresenta projeto de requalificação da Colônia de Férias do Iapep**, 26 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.piaui.pi.gov.br/noticias/index/id/23796>> Acesso em 29 out. 2016.

ESTADO DE SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP. **Apelação nº 0002301-76.2009.8.26.0430**, Relator: Paulo Galizia, Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 15/04/2014.

_____. **Plataforma Digital de Parcerias** [online], 2015. Disponível em: <<https://www.parcerias.sp.gov.br/Plataforma>> Acesso em 15 nov. 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Administrative Procedure Act**, 1946. Disponível em: <<https://www.archives.gov/federal-register/laws/administrative-procedure/553.html>> Acesso em 24 jan. 2016.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 107-157, Abr. 1993.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 3ªed. rev. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FERRAZ JÚNIOR. Tercio Sampaio. Ética administrativa num país em desenvolvimento. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; SUNDFELD, Carlos Ari (org). **Doutrinas Essenciais: Direito administrativo**. Vol. 1, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p.983-990, 2012.

FILGUEIRAS, Fernando. Marcos teóricos da corrupção. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 353-363, 2008.

_____. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, nº 2, p.386-421, nov. 2009.

FILIPINAS. **PH roadshow in US to showcase PPP projects**, 24 jun. 2015. Disponível em: <https://ppp.gov.ph/?press_releases=ph-roadshow-in-us-to-showcase-ppp-projects> Acesso em 29 out. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mensagens de empreiteiro citam 15 investigados na Lava Jato** [online]. São Paulo, 21 jan. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1731931-mensagens-de-empreiteiro-citam-14-investigados-na-lava-jato.shtml>> Acesso em 18 mai 2016.

FOX NEWS. **Study: Brutality, corruption lead to defections from Islamic State**. 21 set. 2015. Disponível em <<http://www.foxnews.com/world/2015/09/21/study-brutality-corruption-lead-to-defections-from-islamic-state/>> Acesso em 25 nov. 2015.

FRANCA, Maria Adelaide de Campos. **Comentários à lei de licitações e contratos da administração pública**. 6ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

FRANK, Anne. **O diário de Anne Frank**. trad. Elia Ferreira Edel. (ebook) São Paulo: Círculo do Livro, 1988, p. 41. Disponível em: <http://youtruth.weebly.com/uploads/1/3/1/8/1318459/o_diario_de_anne_frank_portuguese.pdf> Acesso em 5 jan. 2016.

FREITAS, Juarez. **Discrecionalidade administrativa e o direito fundamental à boa Administração Pública**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

FRIEDMAN, David D. **As engrenagens da liberdade: guia para um capitalismo radical**, 2ed. [ebook], trad. colaborativa não-oficial de Portal Libertarianismo e Estudantes pela Liberdade, 1989 (orig.). Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/aedl.pdf>> Acesso em 9 jan. 2015.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Free to choose: a personal statement**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1980.

FURTADO, Lucas Rocha. **As raízes da corrupção no Brasil**: estudo de casos e lições para o futuro. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2015.

GABARDO, Emerson. **A eficiência no desenvolvimento do Estado brasileiro**: uma questão política e administrativa. In: MARRARA, Thiago. (Org.). **Princípios de direito administrativo**. São Paulo: Atlas, p. 327-351, 2012.

_____. **O jardim e a praça para além do bem e do mal**: uma antítese ao critério de subsidiariedade como determinante dos fins do Estado Social. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GADELHA, Igor. **PM estima agora 1 milhão de manifestante na Avenida Paulista e adjacências**. Estadão – Política [online], São Paulo, 15 mar. 2015. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pm-estima-agora-1-milhao-de-manifestante-na-avenida-paulista-e-adjacencias,1651260>> Acesso em 16 dez. 2015.

GAETANI, Francisco; ALBUQUERQUE, Kélvia. Análise de impacto regulatório e melhoria regulatória. In: RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (org.). **Regulação e agências reguladoras: governança e análise de impacto regulatório**. Brasília: ANVISA e Casa Civil da Presidência da República, p. 189-196, 2009.

GARCIA, Ricardo Letizia. **A Economia da Corrupção – Teoria e Evidências**: Uma aplicação ao setor de obras rodoviárias no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

GIANNINI, Massimo Severo. **Diritto Amministrativo**. Vol 2. 3ª ed. Milão: Giuffrè Editore, 1993.

GLOBO. **Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma**. G1 – Política [online], 13 mar. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contr-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>> Acesso em 29 mar. 2016.

GNEEZY, Ury; RUSTICHINI, Aldo. A fine is a price. **Journal of Legal Studies**, vol. XXIX, p. 1-17, jan. 2000.

GOMES, Carla Amado; LUÍS, Sandra Lopes. **O dom da ubiquidade administrativa: reflexões sobre a actividade administrativa informal**. Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, 2012. Disponível em: <<http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/1128-2457.pdf>> Acesso em 28 nov. 2015.

GOZETTO, Andréa; MACHADO, Leandro. **Ainda é necessário esclarecer conceitos: lobby x advocacy** [online]. Cause, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.cause.net.br/ainda-e-necessario-esclarecer-conceitos-lobby-x-advocacy/>> Acesso em 2 nov. 2016.

GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto**. 6ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Malheiro Editores, 2006.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. O desvio de poder em atos administrativos. In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago (org.). **Direito e administração pública**. São Paulo: Editora Atlas, p. 795-821, 2013.

GUIMARÃES, Bernardo Strobel. **Da regulação como função de direito administrativo**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2007.

- GWARTNEY, James; LAWSON, Robert; HALL, Joshua. **Economic Freedom of the World**: 2015 Annual Report. Fraser Institute, 2015. Disponível em: <<https://www.fraserinstitute.org/sites/default/files/economic-freedom-of-the-world-2015.pdf>> Acesso em 24 nov. 2015.
- HABERMAS, Jürgen. Como es posible la legitimidad por via de la legalidad? **Doxa**: Cuadernos de filosofía del derecho, n. 5, p. 21-46, 1988.
- HAMANN, Renan. **É possível acabar com a internet brasileira?** Tecmundo [online], 26 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.tecmundo.com.br/internet/22730-e-possivel-acabar-com-a-internet-no-brasil-.htm>> Acesso em 11 jan. 2016.
- HAUBERT, Mariana; NERY, Natuza. **'A corrupção é uma senhora idosa', diz Dilma após os protestos**. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 mar. 2015. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603638-a-corrupcao-e-uma-senhora-idosa-diz-dilma-apos-os-protestos.shtml>> Acesso em 15 dez. 2015.
- HAYEK, Friedrich August von. The use of knowledge in society. **American Economic Review**, v. 35, p. 519-530, 1945.
- HEINRICH, Jürgen. Wirtschaftspolitische Kommunikation. In: JARREN, Otfried; SARCINELLI, Ulrich; SAXER, Ulrich (ed.) **Politische Kommunikation in der demokratischen Gesellschaft**, p. 548-554, 1998.
- HEISE, J. Arthur. Toward closing the confidence gap: an alternative approach to communication between public and government. **Public Administration Quarterly**, Vol. 9, No. 2, p. 196-217, Summer, 1985.
- HERMANLIN, Benjamin; KATZ, Avery; CRASWELL, Richard. **The Law and Economics of Contracts**. Handbook of Law and Economics, Forthcoming; Columbia Law and Economics, Working Paper No. 296, 2006.
- HIPPOCRATES. **Hippocrates** – with an english translation by W. S. Jones Vol I. London: William Heinemann Ltd, 1923.
- HOBBS OF MALMESBURY, Thomas. **Leviathan or the Matter, Forme, & Power of a Common-wealth Ecclesiasticall and Civil**. London: St. Pauls Church-yard, 1651. Disponível em: <<http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/hobbes/Leviathan.pdf>> Acesso em 14 dez. 2015.
- HOLYOKE, Thomas T. Choosing battlegrounds: interest group lobbying across multiple venues. **Political Research Quarterly**, Vol. 56, No. 3, p. 325-336, sep. 2003.
- HORBACH, Carlos Batisde. **Teoria das nulidades do ato administrativo**. 2ª ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.
- HUBERTS, Leo; LASTHUIZEN, Karin; PETTERS, Carel. Measuring Corruption: Exploring the Iceberg. In: SHACKLOCK, Arthur; SAMPFORD, Charles; CONNORS, Carmel; GALTUNG Fredrik (ed.). **Measuring Corruption**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, p. 265-293, 2006.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre pensamento e linguagem. Tradução e Apresentação: Antonio Ianni Segatto. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.32, n.1, p. 193-198, 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA. **Corrupção lidera pela primeira vez pauta de problemas do país**, 2015. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/11/1712972-corrupcao-lidera-pela-primeira-vez-pauta-de-problemas-do-pais.shtml>> Acesso em 3 dez. 2015.

ISSACHAROFF, Samuel. Legal responses to conflicts of interest. In: MOORE, Don A.; CAIN, Daylian M.; LOEWENSTEIN, George; BAZERMAN, Max H. (ed). **Conflicts of interest: challenges and solutions in business, law, medicine, and public policy**. New York: Cambridge University Press, p. 189-201, 2005.

JBS S.A. **Comunicado ao mercado: termo de compromisso de cessação junto ao CADE**, São Paulo, 28 nov. 2007. Disponível em: <http://jbss.infoinvest.com.br/enu/2172/TermodeCompromissodecessaojuntoaoCADE_html/TermodeCompromissodecessaojuntoaoCADE.html> Acesso em 18 nov. 2016.

JHERING, Rudolf von. **Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung**. Teil 2, Bd. 2. Leipzig, 1858. Disponível em: <http://www.deutschestextarchiv.de/book/view/jhering_recht0202_1858?p=203> Acesso em 21 nov. 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**: Lei 8.666/1993. 16ª ed. ver, atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. Corrupção e contratação administrativa – A necessidade de reformulação do modelo jurídico brasileiro. **Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos (ILC)**, Curitiba: Zênite, n. 258, p. 721-723, ago. 2015.

JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique. As audiências públicas e o processo administrativo brasileiro. **Revista de informação legislativa**, v. 34, n. 135, p. 271-281, jul./set. 1997.

_____. **Direito administrativo democrático**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

_____. Efetivação do direito à saúde: ampliação do debate e renovação da agenda. **Revista de Direito Sanitário**, v. 16, n. 1, p. 78-86, 2015.

_____. Participação administrativa. **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, Fórum v.20, p. 167-194, 2005.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2007.

_____. **Para a paz perpétua**. Trad. de Bárbara Kristensen. Rianxo, Espanha: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.

_____; BARROS FILHO, Wilson Accioli de. A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) como experiência cooperativa interinstitucional de governo aberto no Brasil. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ARAÚJO, Glaucio Roberto Brittes de; LIVIANU, Roberto; PASCOLATI JUNIOR, Ulisses Augusto (coords.). **48 visões sobre corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, p. 305-335, 2016.

KAU, James B.; RUBIN, Paul H. Public Interest Lobbies: Membership and Influence. In: **Public Choice**, Vol. 34, No. 1, p. 45-54, 1979.

KELLEHER, Christine A.; YACKEE, Susan Webb. A Political Consequence of Contracting: Organized Interests and State Agency Decision Making. **Journal of Public Administration Research and Theory: J-PART**, Vol. 19, No. 3, p. 579-602, jul. 2009.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. trad. por João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KEOHANE, Robert O. **Power and Governance in a Partially Globalized World**. London: Routledge, 2004.

KOOIMAN, Jan. Social-political governance: introduction. In: KOOIMAN, Jan (org.). **Modern Governance: new government-society interactions**. London, UK: SAGE Publications Ltd., p. 1-8, 1993.

LAMBSDORFF, Johann Graf. Corruption and Rent-Seeking. In: **Public Choice**, Vol. 113, No. 1/2, p. 97-125, out. 2002.

LANGSETH, Petter. Measuring corruption. In: SHACKLOCK, Arthur; SAMPFORD, Charles; CONNORS, Carmel; GALTUNG Fredrik (ed.). **Measuring Corruption**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, p. 7-43, 2006.

LASSALE, Ferdinand. **Que é uma Constituição?** São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1933.

LAUHLAN, Iain. Laughter in the dark: humour under Stalin. In: DUNCAN, Alastair (ed.). **Le rire européen/European Laughter**, Perpignan, France: Perpignan University Press, 2009, p. 1-4 Disponível em: <<https://dspace.stir.ac.uk/bitstream/1893/2730/1/laughter.pdf>> Acesso em 21 dez. 2015.

LEONE, Richard C. Public Interest Advocacy and the Regulatory Process. In: **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Vol. 400, The Government as Regulator, p. 46-58, mar. 1972.

LINCOLN, Abraham. **The Gettysburg Address**. Gettysburg, Pennsylvania. Estados Unidos da América, 1863. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/cache/epub/4/pg4.txt>> Acesso em: 27 nov. 2015.

LLOSA, Mario Vargas. The Culture of Liberty. In: PALMER, Tom G (ed.). **The morality of capitalism: what your professors won't tell you**, Ottawa, IL, USA: Jameson Book, p. 114-122, 2011.

LOEWENSTEIN, George. Conflicts of interest begin where principal-agent problems end. In: MOORE, Don A.; CAIN, Daylian M.; LOEWENSTEIN, George; BAZERMAN, Max H. (ed). **Conflicts of interest: challenges and solutions in business, law, medicine, and public policy**. New York: Cambridge University Press, p. 203-204, 2005.

LOPES, Laís de Figueiredo; SOUZA, Silas Cardoso de; SANT'ANA, Diogo de; HERNANDEZ, Maria Victória; ARAUJO JÚNIOR, Evânio Antônio; SOUZA, Aline Gonçalves; MACEDO, Ana Túlia. Fomento e colaboração: novas propostas de parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**, Belo Horizonte, ano 12, n. 46, p. 33-57, jul./set. 2014.

MACASKILL, Ewen; DANCE, Gabriel. **NSA Files: decoded – What the revelations mean for you**. The Guardian [online], 1 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/interactive/2013/nov/01/snowden-nsa-files-surveillance-revelations-decoded>> Acesso em: 11 jan. 2016.

MACRAE, Donald. Análise de Impacto Regulatório – AIR: a experiência do Reino Unido. In: RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (org.). **Regulação e agências reguladoras: governança e análise de impacto regulatório**. Brasília: ANVISA e Casa Civil da Presidência da República, p. 255-264, 2009.

MALYSHEV, Nick. **The evolution of regulatory policy in OECD countries**. Paris: OECD, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/41882845.pdf>> Acesso em 27 jan. 2016.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. A nova regulação estatal e as agências independentes. In: SUNDFELD, Carlos Ari (coord.), **Direito Administrativo Econômico**. São Paulo: Malheiros Editores, p. 72-98, 2000.

_____. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. **Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP**, Belo Horizonte, ano 9, n. 100, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdiCntd=66621>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

MARRARA, Thiago. O princípio da publicidade: uma proposta de renovação. In: MARRARA, Thiago (org). **Princípios de direito administrativo**: legalidade, segurança jurídica, impessoalidade, publicidade, motivação, moralidade, razoabilidade, interesse público. São Paulo: Atlas, p. 280-300, 2012.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. Princípio da publicidade. In: MARRARA, Thiago (org). **Princípios de direito administrativo**: legalidade, segurança jurídica, impessoalidade, publicidade, motivação, moralidade, razoabilidade, interesse público. São Paulo: Atlas, p. 233-258, 2012.

MATSUKI, Edgard. **Entenda o que é a criptografia de ponta-a-ponta, utilizada pelo WhatsApp**. Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC (online), 5 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2016/04/entenda-o-que-e-criptografia-de-ponta-ponta-utilizada-pelo-whatsapp>> Acesso em 31 mai. 2016.

MCKAY, Amy Melissa. The decision to lobby bureaucrats. In: **Public Choice**, Vol. 147, No. 1/2, p. 123-138, abr 2011.

MEAZELL, Emily Hammond. Deference and dialogue in administrative law. In: **Columbia Law Review**, Vol. 111, No. 8, p. 1722-1787, December 2011.

MEDAUAR, Odete. **A processualidade no direito administrativo**. 2ª ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

MELLO, Fernando; DINIZ, Laura. O jornalismo como ferramenta de controle da corrupção. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ARAÚJO, Glaucio Roberto Brites de; LIVIANU, Roberto; PASCOLATI JUNIOR, Ulisses Augusto (coords.). **48 visões sobre corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, p. 117-124, 2016.

MENG, Qingli. **Corruption in Transitional China – a 33-year study**. Oisterwijk, The Netherlands: Wolf Legal Publishers, 2013.

MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo**: antigo e moderno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

MISES, Ludwig von. **Intervencionismo, uma análise econômica**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2. ed., 2010.

MONTEIRO, Vera. Contratação de serviço de consultoria para a estruturação de projeto de infraestrutura: qual o melhor caminho? In: JUSTEN FILHO, Marçal; SCWHIND, Rafael Wallbach. **Parcerias público-privadas**: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 143-152, 2015.

MONZÓ, Josep Ochoa. ¿Hacia la ciberadministración y el ciberprocedimiento? In: Wagner, Francisco Sosa (org.). **El Derecho Administrativo en el umbral del siglo XXI**: Homenaje al Profesor Dr. D. Ramón Martín Mateo. Tomo I. Valencia: Tirant lo blanch, p. 151-171, 2000.

MOORE, Don A.; CAIN, Daylian M.; LOEWENSTEIN, George; BAZERMAN, Max H. (ed). **Conflicts of interest: challenges and solutions in business, law, medicine, and public policy**. New York: Cambridge University Press, p. 1-9, 2005.

MORENO, Maís. **A participação do administrado no processo de elaboração dos contratos de PPP**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2016.

MOTTA, Fabrício Macedo. Comentários ao artigo 37, §1º e 2º. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, p. 886-890, 2013.

MOTTA, Paulo Roberto. A modernização da administração pública brasileira nos últimos 40 anos. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe, p. 87-96, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000700006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11 Dez. 2015.

MURPHY, Kevin M.; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. Why is rent-seeking so costly to growth? In: **The American Economic Review**, p. 409-414, 1993.

NABERS, Mary Scott. **What is an RFI, and why is it so important for your business?** South Florida Business Journal [online], 25 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.bizjournals.com/southflorida/print-edition/2011/02/25/what-is-an-rfi-and-why-is-it-so.html>> Acesso em 20 jan. 2016.

NEVES, Marcelo. Constitucionalização simbólica. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almedina, p. 67-74, 2013.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação e contrato administrativo**. 3ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

NÓBREGA, Marcos. Análise Econômica do Direito Administrativo. In: TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, p. 404-416, 2011.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia**. trad. por. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Hazar Editor, 1991.

ODIFREDDI, Piergiorgio. Os para-doxa da democracia. **Anais do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional**, p.156-169, 2010. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/revista3/piergiorgioodifreddi.pdf>> Acesso em 13 jan. 2015.

OECD. **Public sector corruption: an international survey of prevention measures**. Paris: OECD Publications, 1999.

_____. **Brasil: Fortalecendo a governança para o crescimento**. Relatório sobre a reforma regulatória, 2007. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2064390.PDF>> Acesso em 27 jan. 2016.

OECD/ECLAC/CIAT/IDB. **Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean: 1990-2014**. Paris: OECD Publishing, 2016.

OLENIKE, João Eloi; AMARAL, Gilberto Luiz do; AMARAL, Letícia Mary Fernandes do (Coord). **Cálculo do IRBES (Índice de retorno de bem estar à sociedade)**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), 2015, p. 5-6 Disponível em: <<https://www.ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/2171/IRBES2015.pdf>> Acesso em 15 dez. 2015.

OLIVEIRA, Bruno Cals de. **Fatores determinantes para abertura de capital de empresas brasileiras**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, São Paulo, 2011.

OLSON, Mancur. **The logic of collective action: public goods and theory of groups**. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1971.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Aviso de audiência prévia**: solicitação de Proposta nº JOF-0123-29761/2016. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2016. Disponível em: <<https://extranet.undp.org.br/SAP%20FILES/MM/2016/29761/AVISO%20DE%20AUDIENCIA%20PREVIA.pdf>> Acesso em 29 nov. 2016.

OWEN, Taylor. **Disruptive Power: The crisis of the state in the digital age**. New York: Oxford University Press, 2015.

PALMA, Juliana Bonacorsi. **Governança pública nas parcerias público-privadas: o caso da elaboração consensual de projetos de PPP**. In: JUSTEN FILHO, Marçal; SCWHIND, Rafael Wallbach. *Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 113-141, 2015.

PALMER, Tom G. **Liberdade: a idéia que está mudando o nosso mundo**. [ebook] Estudantes pela Liberdade, 2015, p. 4 Disponível em: <<http://epl.org.br/files/2015/02/TomPalmerLiberdade.pdf>> Acesso em 10 jan. 2016.

_____. **The morality of capitalism: what your professors won't tell you**, Ottawa, IL, USA: Jameson Book, 2011.

PANDEY, Sanjay K.; GARNETT, James L. **Exploring Public Sector Communication Performance: Testing a Model and Drawing Implications**. In: *Public Administration Review*, Vol. 66, No. 1, p. 37-51, Jan. - Feb. 2006.

PARADA, Ramón. **Derecho Administrativo I: Parte General**. 16ª ed. Madrid, Barcelona: Marcial Pons: 2007.

PASSARINHO, Nathalia. SIQUEIRA, Fausto; CARNEIRO, Fausto. **Documentos apontam esquema para fraudar licitações de ônibus pelo país**. G1 – Globo.com. 4 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/documentos-apontam-esquema-para-fraudar-licitacoes-de-onibus-pelo-pais.html>> Acesso em 2 out. 2016.

PATTON, Bruce. Negotiation. In: MOFFITT, Michael L.; BORDONE, Robert C. **The Handbook of Dispute Resolution**. Program on Negotiation at Harvard Law School. San Francisco, USA: Jossey Bass, p. 279-303, 2005.

PEREIRA DA SILVA, Vasco Manuel Pascoal Dias. **Em busca do acto administrativo perdido**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2003.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. **Comentários ao sistema legal brasileiro de licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Editora NDJ, 2016.

PEREIRA, Renée. **Subsídio para construção do trem-bala pode chegar a R\$ 8 bilhões** [online]. O Estado de São Paulo, 25 mai. 2010. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,subsidio-para-construcao-do-trem-bala-pode-chegar-a-r-8-bilhoes,19924e>> Acesso em 29 out. 2016.

PEREZ, Marcos Augusto. **A Administração Pública democrática: institutos de participação popular na Administração Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004

PINHEIRO SAMPAIO, Patrícia Regina. A utilização do termo de compromisso de cessação de prática no combate aos cartéis. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 249, p. 245-265, ago. 2008. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/4100>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

PINKER, Steven. **The language instinct**. New York: HarperPerennial, 1995

POLINSKY, Mitchell; SHAVELL, Steven. The economic theory of public enforcement of law. In: **Journal of Economic Literature**. Vol. XXXVIII, p. 45-76, 2000.

POPPER, Karl. **Conhecimento Objetivo**: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1975.

_____. **Lógica das ciências sociais**. Trad. de Estevão de Rezende Martins, Apio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 3ª ed., 2004.

PORFIRIO JUNIOR, Nelson de Freitas. **Acordos Ambientais**. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2005.

PORTA, Donatella della; VANNUCCI, Alberto. The 'Perverse Effects' of Political Corruption. In: **Political Studies**, p. 516-538, jan. 1997.

PÚBLICO. **Finanças iniciam amanhã road-show para explicar reforma da função pública** [online], Portugal, 11 dez. 2008. Disponível em:

<<https://www.publico.pt/economia/noticia/financas-iniciam-amanha-roadshow-para-explicar-reforma-da-funcao-publica-1352767>> Acesso em 29 out. 2016.

POSNER, Eric A. Agency Models in Law and Economics. In: RASMUSEN, Eric (ed.). **Game Theory and the Law**. Northampton, Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2007.

POSNER, Richard. **A Economia da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Economic Analysis of Law**. 9ª ed. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2014.

_____. Teorias da regulação econômica. In: MATTOS, Paulo (coord.). **Regulação econômica e democracia**: o debate norte-americano. São Paulo: Editora 34, p. 49-80, 2004.

PPP BRASIL. **O Observatório das parcerias público-privadas** [online]. Disponível em: <http://www.pppbrasil.com.br/portal/> Acesso em 5 jan. 2016.

RAUHAUSER, Neal. **Encrypted email goes mobile with Tutanota**. Hacked [online]. Oslo, Norway. 8 jan. 2015. Disponível em: <<https://hacked.com/encrypted-email-goes-mobile-tutanota/>> Acesso em 11 jan. 2016.

REIS, Tarcila; JORDÃO, Eduardo. A experiência brasileira de MIPS e PMIS: três dilemas da aproximação público-privada na concepção de projetos. In: JUSTEN FILHO, Marçal; SCWHIND, Rafael Wallbach. **Parcerias público-privadas**: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 207-231, 2015.

REISDORFER, Guilherme Fredherico Dias. Soluções contratuais público-privadas: os procedimentos de manifestação de interesse (PMI) e as propostas não solicitadas (PNS). In: JUSTEN FILHO, Marçal; SCWHIND, Rafael Wallbach. **Parcerias público-privadas**: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 177-205, 2015.

RESENDE, Mariana Bueno. O procedimento de manifestação de interesse social na Lei nº 13.019/14: um instrumento de administração pública consensual. **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte – RPGMBH**, Belo Horizonte, ano 7, n. 13, p. 109-130, jul./dez. 2015.

RIBAS JÚNIOR, Salomão. **Corrupção pública e privada**: quatro aspectos: ética no serviço público, contratos, financiamento eleitoral e controle. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014.

RIBEIRO, Mauricio Portugal. **Concessões e PPPs**: melhores práticas em licitações e contratos. São Paulo: Atlas, 2011.

RIO, João do. **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: Garnier, Livreiro-Editor, 1911.

RODRIGUES, Lorena. **Cade investiga 30 cartéis formados por empresas envolvidas na Lava Jato**. O Estado de São Paulo [online]. São Paulo, 18 nov. 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cade-investiga-30-carteis-formados-por-empresas-envolvidas-na-lava-jato,10000089064>> Acesso em 18 nov. 2016.

ROTHBARD, Murray. **Anatomy of the state**. Auburn, Alabama: The Ludwig von Mises Institute, 2009.

_____. **Egalitarianism as a revolt against nature and other essays**. 2 ed. Auburn, Alabama: The Ludwig von Mises Institute, 2000.

SALAMA, Bruno Meyerhof. **Douglas North e a Lava-Jato**. Instituto Liberal [Online], 14 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.institutoliberal.org.br/blog/douglass-north-e-a-lava-jato/>> Acesso em: 15 jan. 2016.

SALGADO, Lucia Helena; BORGES, Eduardo Bizzo de Pinho. **Análise de impacto regulatório**: uma abordagem exploratória. Texto para discussão nº 1463. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1463.pdf Acesso em: 24 jan. 2016.

SALZBERGER, Eli M.; ELKIN-KOREN, Niva. The effects of cyberspace on the economic theory of the state. In: MARCIANO, Alain; JOSSELIN, Jean-Michel (ed.). **Law and the state: a political economy approach**. Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, p. 58-99, 2005.

SANCRES, Mônica. **A Corrupção no Tempo de Dom João - 1808**, A Corte no Brasil. Documentário Globo News [Vídeo], 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h1WFRq31gUc>> Acesso em 17 jan. 2016.

SANTOS, Fábio Gomes dos. **Audiências públicas administrativas no direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Anotações sobre o regime jurídico aplicável às informações disponibilizadas pela Administração Pública na rede mundial de computadores. **Fórum Administrativo – FA**, Belo Horizonte, ano 13, n.146, abr. 2013.

_____. Comentários sobre a convivência do controle de resultados e de meios nas parcerias voluntárias: uma análise a partir da Lei Federal nº 13.019/2014. **Revista de Direito do Terceiro Setor – RDTS**, Belo Horizonte, ano 8, n. 16, p. 123-135, jul./dez. 2014.

_____. **O procedimento de manifestação de interesse (PMI) como um instrumento eficiente e democrático de planejamento de concessões**. Blog da Zênite, 10 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.zenite.blog.br/o-procedimento-de-manifestacao-de-interesse->

pmi-como-um-instrumento-de-planejamento-eficiente-e-democratico-de-concessoes/> Acesso em 19 out. 2016.

_____. **Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

_____. **Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)**: solicitação e apresentação de estudos e projetos para a estruturação de concessões comuns e parcerias público-privadas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2013.

SCHIRATO, Vitor Rhein. As parcerias público-privadas e políticas públicas de infraestrutura. In: JUSTEN FILHO, Marçal; SCWHIND, Rafael Wallbach. **Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004**, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 73-97, 2015.

SCHMIDT-AßMANN, Eberhard. Cuestiones fundamentales sobre la reforma de la teoría general del derecho administrativo: necesidad de la innovación y presupuestos metodológicos. In: BARNES, Javier (ed.) **Innovación y reforma en el derecho administrativo**. Sevilla: Editorial Derecho Global-Global Law Press, p. 15-122, 2006.

SCHMIDT, Rolf. **Allgemeines Verwaltungsrecht**: Grundlagen des Verwaltungsverfahrens Staatshaftungsrecht. Bremen: Dr. Rolf Schmidt GmbH, 2015.

SCHRAMM, Fernanda Santos. Instituição de programas de integridade (compliance): uma análise sob a ótica da Lei Federal nº 12.846/2013. **Revista do Portal Jurídico Investidura**, Ed. 83, Ano II, set/2015, Florianópolis, 2015. Disponível em: <www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-administrativo/334386>. Acesso em: 4 ago. 2016.

SCHULER, Albert W. **Criminal corruption: why broad definitions of bribery make things worse**. University of Chicago Public Law & Legal Theory, Working Paper No. 502, 2015. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1951&context=public_law_and_legal_theory> Acesso em 3 dez. 2015.

SÉRVULO CORREIA, José Manuel. **As relações jurídicas administrativas de prestação de cuidados de saúde**. Instituto de Ciências Jurídico-Políticas [online], 2009. Disponível em: <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/616-923.pdf> Acesso em: 21 nov. 2015.

SEVERI, Fabiana Cristina. Participação popular em órgãos da administração pública: perspectivas e desafios à luz dos debates sobre as características gerais e a efetividade das instituições participativas brasileiras. In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago (org.). **Direito e administração pública**: Estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro. São Paulo: Editora Atlas, p. 173-187, 2013.

SHACKLOCK, Arthur; SAMPFORD, Charles; CONNORS, Carmel. Introduction. In: SHACKLOCK, Arthur; SAMPFORD, Charles; CONNORS, Carmel; GALTUNG Fredrik (ed.). **Measuring Corruption**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, p. 1-6, 2006.

SOUZA, Junia Verna Ferreira de. Forma e formalidade do ato administrativo como garantia do administrado. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Doutrinas Essenciais**: Direito administrativo. Vol. 2, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p.781-803, 2012.

SOUZA, Leonardo. **Nem o FBI consegue decifrar arquivos de Daniel Dantas**. Jornal Folha de São Paulo (online). São Paulo, 25 jun. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2506201015.htm>> Acesso em 31 mai 2016.

ŠPAČEK, David; ŠPALEK, Jiří. **Communication and electronic public administration: some issues in the context of the Czech system of public administration. Lessons and Recommendations for Improvement: Central and Eastern European Public Administration and Public Policy**, Bratislava: NISPAcee, p. 217-238, 2007.

SPENCER, Herbert. **Social Statics: or, The Conditions essential to Happiness specified, and the First of them Developed**. London: John Chapman, 1851.

STIGLER, George. The Theory of Economic Regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, Vol. 2, No. 1, Spring, p. 3-21, 1971.

SUNDFELD, Carlos Ari. A importância do procedimento administrativo. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; SUNDFELD, Carlos Ari (org). **Doutrinas Essenciais: Direito administrativo**. Vol. 3, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 825-839, 2012.

_____. **Direito administrativo para céticos**. São Paulo: Malheiros Editores, 2012.

_____. Processo administrativo: um diálogo necessário entre estado e cidadão. **Revista de Direito Administrativo & Constitucional**. Belo Horizonte: Fórum v.23, p. 39-51, jan. 2006.

_____; JURKSAITIS, Guilherme Jardim. O que melhorar no direito brasileiro quanto à estrutura da gestão pública? In: MARQUES NETO, Floriano de Azevedo; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago (org.). **Direito e administração pública: Estudos em homenagem a Maria Sylvia Zanella Di Pietro**. São Paulo: Editora Atlas, p. 33-55, 2013.

TEACHOUT, Zephyr. **Corruption in America: from Benjamin Franklin's snuff box to Citizens United**. Cambridge, USA: Harvard University Press, 2014.

TECNISA. **Bitcoins na Tecnisa** [online], 2016. Disponível em: <<https://www.tecnisa.com.br/lp/bitcoins>> Acesso em 21 nov. 2016.

TELEGRAM. **FAQ - How do self-destructing messages work?** [online], 2016. Disponível em: <<https://telegram.org/faq#q-how-do-self-destructing-messages-work>> Acesso em 6 jun 2016.

THE HERITAGE FOUNDATION; THE WALL STREET JOURNAL. **2016 Index of Economic Freedom**. Washington, DC, 2016. Disponível em: <<http://www.heritage.org/index/download>> Acesso em 14 mai 2016.

TOR PROJECT. **Tor**: Overview [Website], 2016. Disponível em: <<https://www.torproject.org/about/overview.html.en>> Acesso em 17 jan. 2016.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perceptions Index 2014** [online], 2015. Disponível em: <<http://www.transparency.org/cpi2014/results>> Acesso em 20 nov. 2015.

_____. **Corruption Perceptions Index 2015** [online], 2016. Disponível em: <<http://www.transparency.org/cpi2015>> Acesso em 27 jan. 2016.

_____. **How do you define corruption?** [online], 2015. Disponível em <<http://www.transparency.org/what-is-corruption/#define>> Acesso em 25 nov. 2015.

TUCKER, Jeffrey. Prefácio. In: ULRICH, Fernando. **Bitcoin: a moeda na era digital**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, p.11-14, 2014.

TYLER, Tom R. Managing conflicts of interest within organizations. In: MOORE, Don A.; CAIN, Daylian M.; LOEWENSTEIN, George; BAZERMAN, Max H. (ed). **Conflicts of interest: challenges and solutions in business, law, medicine, and public policy**. New York: Cambridge University Press, p. 13-35, 2005.

ULRICH, Fernando. **Bitcoin: a moeda na era digital**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2014, p. 16.

UNIVERSAL PICTURES. **Schindler's List**. Director: Steven Spielberg, 195min, DVD, 1993.

VALENTE, Patricia Rodrigues Pessoa. **Avaliação de impacto regulatório: uma ferramenta à disposição do Estado**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2010.

YUSHI, Mao. The paradox of morality. In: PALMER, Tom G (ed.). **The morality of capitalism: what your professors won't tell you**, Ottawa, IL, USA: Jameson Book, p.43-54, 2011.

WAGENER, Volker. **Opinião: mais segurança, mas sem paranoia**. Deutsche Welle [Online] 18 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/opini%C3%A3o-mais-seguran%C3%A7a-mas-sem-paranoia/a-18860922>> Acesso em 11 jan. 2016.

WAGNER, Kurt. **Is your messaging app encrypted?** Re/code [online]. Vox Media, Inc. 21 dez. 2015, Disponível em: <<http://recode.net/2015/12/21/is-your-messaging-app-encrypted/>> Acesso em 11 jan. 2016.

WAGNER, Wendy E. Administrative law, filter failure, and information capture. In: **Duke Law Journal**, Vol. 59, No. 7, p. 1321-1432, April 2010.

WALL, Patricia Sue. Guide to the Ethics of Ex Parte Communications. **Journal of Business Ethics**, Springer, Vol. 81, No. 3, p. 555-559, sep. 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

_____. **Ensaaios de Sociologia**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982, p. 98.

_____. **Wissenschaft als Beruf 1917/1919, Politik als Beruf 1919 – Studienausgabe**. Tübingen, Deutschland: Mohr, 1994.

WEHLING, Arno. **A Corrupção no Tempo de Dom João - 1808**, A Corte no Brasil. Documentário Globo News [Vídeo], 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=h1WFRq31gUc>> Acesso em 17 jan. 2016.

WICKSELL, Knut. A new principle of just taxation. In: MUSGRAVE, Richard A.; PEACOCK, Alan T. **Classics in the theory of public finance** (ed.). New York: St. Martin's Press, p. 72-118, 1994.

ZANCHIM, Kleber Luiz; BERTOCCELLI, Rodrigo de Pinho. Empresas, direito, ética e compliance: existe relação? In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da; ARAÚJO, Glaucio Roberto Brittes de; LIVIANU, Roberto; PASCOLATI JUNIOR, Ulisses Augusto (coords.). **48 visões sobre corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, p. 99-116, 2016.

APÊNDICE A⁵⁹⁰

Questionário encaminhado às agências reguladoras federais pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)⁵⁹¹

Prezado Diretor,

Solicito informações a respeito do seguinte:

1. Qual o procedimento previsto para que um particular (pessoa física ou pessoa jurídica) submeta uma proposta de norma regulatória à Agência? Existe regulamentação sobre este procedimento? Se sim, qual é a norma?
2. Em que âmbito é possível que um particular (pessoa física ou jurídica) opine previamente sobre o conteúdo de uma proposta de norma regulatória a ser expedida pela Agência? Existe regulamentação sobre este procedimento? Se sim, qual é a norma?
3. No âmbito dos processos administrativos da Agência (procedimentos administrativos normativos, de contratação pública, de fiscalização, de aplicações de sanções), existe o registro das comunicações realizadas entre os agentes públicos e os particulares? Por exemplo, existe registro dos telefonemas (transcrição ou síntese da conversa), das reuniões (gravações), dos e-mails (cópias)? Se sim, onde esses registros são arquivados? É possível obter acesso ao conteúdo?
4. Caso um particular requeira uma reunião presencial com os agentes públicos pertencentes à Agência, para tratar de tema que lhe interessa, qual o procedimento previsto para que esta reunião aconteça? Existe regulamentação sobre este procedimento? Se sim, qual é a norma?

⁵⁹⁰ Os dois modelos de questionários ora apresentados foram encaminhados a quarenta e seis órgãos ou entidades da administração pública federal. Os questionários propriamente ditos e as respectivas respostas podem ser acessados eletronicamente, por meio da rede mundial de computadores (internet), a partir dos links registrados nas referências bibliográficas desta tese de doutorado.

⁵⁹¹ Em 8 de outubro de 2016, este questionário foi encaminhado às doze seguintes entidades da administração pública federal: Agência Espacial Brasileira (AEB), Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Optou-se por incluir o DNPM nesta categoria, pois, embora não se qualifique como agência reguladora, detém algumas competências normativas regulatórias, vide artigo 2º de seu regimento interno (aprovado pela Portaria nº 247, de 08 de abril de 2011, do Ministério de Minas e Energia).

Questionário encaminhado a sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações, autarquias e órgãos federais pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)⁵⁹²

Prezados Diretor,

Solicito informações a respeito do seguinte:

1. Qual o procedimento previsto para que um particular (pessoa física ou pessoa jurídica) submeta uma proposta de contratação pública (prestação de serviços, venda de um produto bem, construção de uma obra, etc) para atendimento das necessidades [da/do] [nome do órgão ou entidade]? Existe regulamentação sobre este procedimento? Se sim, qual é a norma?
2. No âmbito dos processos administrativos da entidade (procedimentos administrativos de contratação pública, de fiscalização, de aplicações de sanções), existe o registro das comunicações realizadas entre os agentes públicos e os particulares? Por exemplo, existe registro dos telefonemas (transcrição ou síntese da conversa), das reuniões (gravações), dos e-mails (cópias)? Se sim, onde esses registros são arquivados? É possível obter acesso ao conteúdo?
3. Caso um particular requeira uma reunião presencial com os agentes públicos pertencentes [a/ao] [nome do órgão ou entidade], para tratar de tema que lhe interessa, qual o procedimento previsto para que esta reunião aconteça? Existe regulamentação sobre este procedimento? Se sim, qual é a norma?

⁵⁹² Em 10 de outubro de 2016, este questionário foi encaminhado aos trinta e quatro seguintes órgãos ou entidades da administração pública federal: Advocacia-Geral da União (AGU), Banco Central do Brasil (BACEN), Banco do Brasil S.A (BB), Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB), Caixa Econômica Federal (CEF), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério das Comunicações, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Trabalho e Emprego, Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O único órgão que não respondeu à solicitação de informações foi o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

APÊNDICE B

Quadro 1 - Matriz sintética de análise sobre os diálogos público-privados

Nome do diálogo público-privado	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito das contratações públicas
	Processos administrativos no âmbito da função regulatória
	Processo administrativo sancionatório
	Processos administrativos de qualquer natureza
Natureza das interlocuções	
	Escrita
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Cotidiano
	Frequente
	Esporádico
	Raro
Formalidade	
	Procedimento específico previsto em lei
	Procedimento específico previsto e detalhado em decreto e/ou regulamento interno
	Procedimento com previsão insuficiente em decreto e/ou regulamento interno
	Procedimento sem previsão normativa
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
	Informação sobre a síntese das comunicações deve ser registrada
	Informação sobre a íntegra das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Possibilidade de sigilo temporário
	Publicidade espontânea (transparência ativa)
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
	Informações disponíveis na rede mundial de computadores
Amplitude de participação	
	Edital de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade de provocação do diálogo por parte do agente econômico
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos

	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Ética	
	Código de conduta específico para o procedimento
	Diretrizes éticas no edital
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
	Sujeição a alguma espécie de controle interno ou externo específica
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Baixa
	Média
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Baixa
	Média
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos (reduzido, regular, elevado)	
	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos (reduzido, regular, elevado)	
	Complexidade para implementação de medidas preventivas
	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Inexistente
	Incipiente
	Regular
	Avançado

Quadro 2 - Matriz sintética de análise sobre as audiências público-privadas

Audiências público-privadas	
Ocorrência	
	Processos administrativos de qualquer natureza

Natureza das interlocuções	
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Cotidiano
Formalidade	
	Procedimento com previsão insuficiente em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Informação sobre a síntese das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Possibilidade de provocação do diálogo por parte do agente econômico
	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Baixa
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Elevado	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevada	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Elevado	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente

Quadro 3 - Matriz sintética de análise sobre a submissão de minutas de normas reguladoras por agentes econômicos

Submissão de minutas de normas reguladoras por agentes econômicos	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito da função regulatória
Natureza das interlocuções	
	Escrita
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Esporádico
Formalidade	
	Procedimento sem previsão normativa
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Editais de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade de provocação do diálogo por parte do agente econômico
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Média
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Regular	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Reduzido	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Inexistente

Quadro 4 - Matriz sintética de análise sobre a análise de impacto regulatório (AIR)

Análise de impacto regulatório (AIR)	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito da função regulatória
Natureza das interlocuções	
	Escrita
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Esporádico
Formalidade	
	Procedimento com previsão insuficiente em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Informação sobre a íntegra das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Editais de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Regular	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Regular	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Regular	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevada	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	

	Incipiente
--	------------

Quadro 5 - Matriz sintética de análise sobre as consultas públicas

Consultas públicas	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito das contratações públicas
	Processos administrativos no âmbito da função regulatória
Natureza das interlocuções	
	Escrita
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Frequente
Formalidade	
	Procedimento específico previsto em lei
	Procedimento específico previsto e detalhado em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Informação sobre a íntegra das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
	Informações disponíveis na rede mundial de computadores
Amplitude de participação	
	Editais de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Média
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Média
Percepção sobre o grau de riscos	
Regular	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Reduzido	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Reduzido	Probabilidade de diálogo público-privado informal

Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Reduzido	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Avançado

Quadro 6 - Matriz sintética de análise sobre as audiências públicas

Audiências públicas	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito das contratações públicas
	Processos administrativos no âmbito da função regulatória
Natureza das interlocuções	
	Escrita
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Frequente
Formalidade	
	Procedimento específico previsto em lei
	Procedimento específico previsto e detalhado em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Informação sobre a síntese das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Edital de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Média
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Baixa
Percepção sobre o grau de riscos	

Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Reduzido	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Reduzido	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Regular	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Avançado

Quadro 7 - Matriz sintética de análise sobre o intercâmbio documental

Intercâmbio documental	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito da função regulatória
Natureza das interlocuções	
	Escrita
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Raro
Formalidade	
	Procedimento específico previsto e detalhado em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Informação sobre a íntegra das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Edital de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Média
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Média

Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Regular	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Reduzido	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Reduzido	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente

Quadro 8 - Matriz sintética de análise sobre a tomada de subsídio

Tomada de subsídio	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito da função regulatória
Natureza das interlocuções	
	Escrita
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Raro
Formalidade	
	Procedimento específico previsto e detalhado em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Informação sobre a íntegra das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Edital de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta

Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Média
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Elevado	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Reduzido	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente

Quadro 9 - Matriz sintética de análise sobre a reunião participativa

Reunião participativa	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito da função regulatória
Natureza das interlocuções	
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Raro
Formalidade	
	Procedimento específico previsto e detalhado em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Informação sobre a síntese das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Edital de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	

	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Média
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Elevado	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Regular	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente

Quadro 10 - Matriz sintética de análise sobre os diálogos público-privados durante a fiscalização de atividades econômicas

Diálogos público-privados durante a fiscalização de atividades econômicas	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito da função regulatória
Natureza das interlocuções	
	Escrita
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Frequente
Formalidade	
	Procedimento sem previsão normativa
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Publicidade sobre os documentos	
	Possibilidade de sigilo temporário
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	

	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Média
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Elevado	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Regular	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Inexistente

Quadro 11 - Matriz sintética de análise sobre o procedimento de manifestação de interesse (PMI)

Procedimento de manifestação de interesse (PMI)	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito das contratações públicas
Natureza das interlocuções	
	Escrita
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Frequente
Formalidade	
	Procedimento específico previsto e detalhado em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Publicidade sobre os documentos	

	Possibilidade de sigilo temporário
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Edital de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade de provocação do diálogo por parte do agente econômico
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Regular	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Regular	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Regular	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Regular

Quadro 12 - Matriz sintética de análise sobre o procedimento de manifestação de interesse social (PMI Social)

Procedimento de manifestação de interesse social (PMI Social)	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito das contratações públicas
Natureza das interlocuções	
	Escrita
Frequência estimada na administração pública brasileira	

	Raro
Formalidade	
	Procedimento específico previsto em lei
	Procedimento específico previsto e detalhado em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Edital de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade de provocação do diálogo por parte do agente econômico
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Média
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Regular	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Regular	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Regular	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente

Quadro 13 - Matriz sintética de análise sobre os diálogos prévios à elaboração de edital em licitações públicas comuns e às contratações diretas

Diálogos prévios à elaboração de edital em licitações públicas comuns e às contratações diretas	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito das contratações públicas
Natureza das interlocuções	
	Escrita
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Cotidiano
Formalidade	
	Procedimento sem previsão normativa
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Elevado	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Regular	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Inexistente

Quadro 14 - Matriz sintética de análise sobre o *request for information* (RFI) e o *request for proposal* (RFP)

<i>Request for information</i> (RFI) e o <i>request for proposal</i> (RFP)	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito das contratações públicas
Natureza das interlocuções	
	Escrita
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Esporádico
Formalidade	
	Procedimento sem previsão normativa
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Editais de convocação promovido pela administração pública
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Média
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Regular	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Regular	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Regular	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas

Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente

Quadro 15 - Matriz sintética de análise sobre a pesquisa de preços com potenciais fornecedores e prestadores de serviços

Pesquisa de preços com potenciais fornecedores e prestadores de serviços	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito das contratações públicas
Natureza das interlocuções	
	Escrita
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Cotidiano
Formalidade	
	Procedimento com previsão insuficiente em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Informação sobre a síntese das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Baixa
Percepção sobre o grau de riscos	
Regular	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Reduzido	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Regular	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Regular	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Reduzido	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas

Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente

Quadro 16 - Matriz sintética de análise sobre o *road show*

<i>Road show</i>	
Ocorrência	
	Processos administrativos no âmbito das contratações públicas
Natureza das interlocuções	
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Esporádico
Formalidade	
	Procedimento sem previsão normativa
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Não há procedimento padronizado sobre o tema
Publicidade sobre os documentos	
	Possibilidade de sigilo temporário
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Possibilidade jurídica de participação popular e/ou de outros agentes econômicos
	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Baixa
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Elevado	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento

Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Regular	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Inexistente

Quadro 17 - Matriz sintética de análise sobre as negociações prévias ao acordo de leniência

As negociações prévias ao acordo de leniência	
Ocorrência	
	Processo administrativo sancionatório
Natureza das interlocuções	
	Escrita
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Raro
Formalidade	
	Procedimento com previsão insuficiente em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Informação sobre a síntese das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Possibilidade de sigilo temporário
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	

Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Elevado	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Elevado	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente

Quadro 18 - Matriz sintética de análise sobre as negociações prévias ao termo de ajustamento de conduta (TAC)

As negociações prévias ao termo de ajustamento de conduta (TAC)	
Ocorrência	
	Processo administrativo sancionatório
Natureza das interlocuções	
	Escrita
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Esporádico
Formalidade	
	Procedimento com previsão insuficiente em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Informação sobre a síntese das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Possibilidade de sigilo temporário
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Edital de convocação promovido pela administração pública
	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados
Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública

Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Elevado	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Elevado	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente

Quadro 19 - Matriz sintética de análise sobre as negociações prévias ao termo de compromisso de cessação de prática (TCC)

As negociações prévias ao termo de compromisso de cessação de prática (TCC)	
Ocorrência	
	Processo administrativo sancionatório
Natureza das interlocuções	
	Escrita
	Oral
Frequência estimada na administração pública brasileira	
	Raro
Formalidade	
	Procedimento com previsão insuficiente em decreto e/ou regulamento interno
Registro sobre as comunicações no processo administrativo	
	Prováveis diálogos informais/extraprocessuais
	Informação sobre a síntese das comunicações deve ser registrada
Publicidade sobre os documentos	
	Possibilidade de sigilo temporário
	Sem previsão específica. Publicidade mediante requerimento de acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011
Amplitude de participação	
	Diálogos reservados. Possibilidade jurídica de exclusão de participação conjunta de potenciais interessados

Ética	
	Sem diretrizes éticas específicas para o diálogo público-privado
Controle	
	Sem previsão de controle específico / Sujeição ao controle interno e externo comum sobre as atividades da administração pública
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para a administração pública	
	Alta
Percepção sobre o grau de importância do diálogo público-privado para o agente econômico	
	Alta
Percepção sobre o grau de riscos	
Elevado	Potencial lesivo aos interesses públicos/patrimônio público em caso de corrupção ou captura técnica
Elevado	Probabilidade de ocorrência de corrupção ou de captura técnica
Elevado	Potencial grau de impacto sobre o processo de legitimação estatal em caso de desvirtuamento
Elevado	Probabilidade de diálogo público-privado informal
Percepção sobre o nível de complexidade das medidas para o controle dos riscos	
Elevado	Complexidade para implementação de medidas preventivas
Elevado	Complexidade para implementação de medidas repressivas
Nível de institucionalização na administração pública brasileira	
	Incipiente